



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**  
**CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

**CRISTIANE SANTOS DA JUSTA**

**MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ACERVO INDÍGENA DO CENTRO DE  
DEFESA, PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO**

**FORTALEZA**

**2019**

CRISTIANE SANTOS DA JUSTA

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ACERVO INDÍGENA DO CENTRO DE DEFESA  
PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da  
Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

J97m Justa, Cristiane Santos da.  
MEDIÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ACERVO INDÍGENA DO CENTRO DE DEFESA PROMOÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO HUMANO / Cristiane Santos da Justa. – 2019.  
83 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades,  
Curso de Biblioteconomia, Fortaleza, 2019.  
Orientação: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

1. Mediação da informação. 2. Povos indígenas. 3. Linguagem documentária. I. Título.

CDD 020

---

CRISTIANE SANTOS DA JUSTA

MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ACERVO INDÍGENA DO CENTRO DE DEFESA  
PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Monografia apresentada ao curso de Biblioteconomia da  
Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes.

Aprovada em: 25/06/2019.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes (Orientador)  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Heliomar Cavati Sobrinho  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Ó Deus, amado meu! Dedico-lhe este trabalho por dar-me força e amparo nas adversidades dessa caminhada... E por colocar em meu coração a certeza da vitória!

Aos meus familiares em especial:

Minha mãe e minha avó Raimunda Antunes dos Santos (*in memorian*), pela dedicação à minha vida escolar e por incentivar-me à trilhar esse caminho, com palavras de encorajamento que ecoam até hoje em meu coração.

Meu pai sempre aplicado ao ensino das minhas atividades escolares e meus irmãos pelo apoio.

Meu esposo, companheiro e amigo, por acreditar em minha capacidade e por assumir integralmente nosso lar, mantendo-se firme, amoroso, compreensível, tornando seus os meus sonhos!

Meus filhos amados, por manterem-se firmes no propósito do respeito familiar, escolar e da fé. Sempre amorosos e acolhedores.

## AGRADECIMENTOS

Essa jornada foi construída por muitos que, de uma forma ou outra, agregaram conhecimentos e valores. Que bom ter amigos, irmãos, que se dedicam para a construção de pessoas e profissionais.

Ao orientador Prof. Dr. Jefferson Veras Nunes, por ser um docente exemplar e dedicado à pesquisa, pelas orientações e incentivos para a produção deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Mário Martins Viana, pelo projeto que contemplou o objeto desta pesquisa, por sua dedicação com cada detalhe para o acervo indigenista ficar disponível e por seu zelo com todos os bolsistas.

Ao Prof. Dr. Heliomar Cavati Sobrinho, por todo conhecimento compartilhado durante as disciplinas: Linguagem Documentária Alfabética (graduação, semestre 2018.2) e Linguagem Documentária, Representação e Comunicação da Informação (mestrado 2019.1, aluna especial).

Aos professores da graduação, por suas importantes contribuições nesse processo de formação: Adriana Nóbrega; Denyse Borges; Fátima Costa; Gabriela Belmont; Geruza Apolinário; Giovanna Farias; Hamilton Tabosa; Isaura Sombra; Jaudênia Cavalcante; Juliana Buse; Kelma Leite; Lídia Eugênia; Márcio Assumpção; Mayra Mesquita; Osvaldo de Souza; Tadeu Feitosa; Virgínia Bentes; e Wagner Chacon.

À Prof.<sup>a</sup> Ma. Maria Áurea Montenegro Albuquerque Guerra, que, além de contribuir com o processo de formação profissional, me acolheu no momento mais difícil da minha vida pessoal durante esse período de formação.

À Magnólia Serrão, por sua dedicação em ensinar conservação de acervo documental e por ter despertado em mim o amor pelos diversos tipos de costuras de livros.

Às bibliotecárias Elizabeth Maia, diretora da Biblioteca de Ciências Humanas, e Paula Moreira, gestora da biblioteca do CUCA Mondubim, por compartilhar suas experiências e vivências profissionais, contribuindo para a construção do meu conhecimento em diversos tipos de bibliotecas.

Ao Roberto Moreira Chaves, pelo acompanhamento durante as atividades no acervo indígena e nos Encontros Universitários.

Aos colegas de turma que estiveram sempre dispostos a trabalhar em equipe para desenvolver as atividades e por todos os momentos que compartilhamos: alegrias, angústias, tristezas e conquistas.

A nobre colega Débora Moreira Luz, que tive a honra de estudar e desenvolver as atividades desde o primeiro semestre até o último, compartilhando conhecimentos.

Ao Antônio Horácio Veras Falcão, meu coordenador de estágio no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, pelos conhecimentos compartilhados e por todo o incentivo, e às minhas colegas de equipe: Yanna Costa, Neysiane Xavier e Tereza Ribeiro, pelo apoio e companheirismo.

Ao Herivelton Alves e família, pois são amigos para todas as horas, compartilharam alegrias, tristezas e estiveram sempre disponíveis e solícitos.

Ao Paulo Menezes, por sua generosidade.

Aos irmãos do grupo de oração Anunciadores da Paz, pelas orações e incentivos.

“Sonhar, nunca desistir...  
Ter fé, pois fácil não é nem vai ser...  
Tentar até se esgotar suas forças [...] “

Guilherme Alves

“Até aqui nos ajudou o Senhor”

I Samuel 7,12



## RESUMO

Por muitos anos os documentos que hoje compõem o acervo indígena do Centro de Defesa, Promoção e Desenvolvimento Humano (CDPDH) ficaram sem tratamento técnico; contudo, após esforços de pesquisadores, historiadores, indígenas e de representantes da Universidade Federal do Ceará (UFC), os documentos foram levados ao Departamento de História da referida instituição, passando por um tratamento, onde se encontram disponíveis em uma plataforma online. O presente trabalho de natureza descritiva tem como objetivo descrever a mediação da informação no acervo indígena e criar uma linguagem documentária para que os documentos sejam encontrados facilmente. A metodologia aplicada foi a análise de conteúdo categorial qualitativa. O estudo aponta que os documentos podem ter uma linguagem documentária em diversos idiomas, com isso a mediação da informação contemplará a sociedade civil como um todo e permitirá que índios tenham acesso aos documentos usando sua língua materna.

**Palavras-chave:** Mediação da informação. Povos indígenas. Linguagem documentária.

## **RESUMEN**

Por muchos años los documentos que hoy componen el acervo indígena del Centro de Defesa, Promoção e Desenvolvimento Humano (CDPDH) quedaron sin tratamiento técnico, pero después de esfuerzos de investigadores, historiadores, indígenas y de representantes de la Universidade Federal do Ceará (UFC), los documentos fueron llevados al Departamento de Historia de dicha institución, pasando por un tratamiento donde se encuentra disponible en una plataforma online. El presente trabajo de naturaleza descriptiva tiene como objetivo describir la mediación de la información en el acervo indígena y crear un lenguaje documental para que los documentos sean encontrados fácilmente. La metodología aplicada fue el análisis de contenido categorial cualitativo. El estudio apunta que los documentos pueden tener un lenguaje documental en diversos idiomas, con lo que la mediación de la información contemplará a la sociedad civil como un todo y permitirá que los indios tengan acceso a los documentos usando su lengua materna.

**Palabras clave:** Mediación de la información. Pueblos indígenas. Lenguaje documental.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Modalidades de mediações.....	19
Quadro 2	– Síntese das etapas de construção de tesouro segundo autores.....	45
Quadro 3	– Termos coletados.....	48
Quadro 4	– Classificação dos termos coletados.....	49
Quadro 5	– Verificação dos termos coletados.....	49

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AICC	Associação Indígena Calabaça de Crateús
AMIPY	Articulação das Mulheres Indígenas Pitaguary
AMITK	Associação de Mulheres Indígenas Tabajara e Kalabaça
APIPY	Associação dos Produtores Indígenas Pitaguary
ARIPPOC	Associação Raízes Indígenas do Povo Potyguara de Crateús
CAINPY	Conselho de Articulação Indígena Pitaguary
CDPDH	Centro de Defesa Promoção e Desenvolvimento Humano
CINCRAR	Conselho Indigenista de Crateús e Região
CIPO	Conselho Indígena dos Povos Tabajara e Kalabaça de Poranga
CITA	Conselho Indígena Tremembé de Almofala
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COIPY	Conselho Indígena Pitaguary
COIPYM	Conselho Indígena Pitaguary de Monguba
COMTER	Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais
COIPY	Conselho dos Professores Indígenas Pitaguary
CUCA	Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte
GB	Giga Byte
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
LACOR	Laboratório de Conservação e Restauro
NUDOC	Núcleo de Documentação
ONG	Organização Não Governamental
PREX	Pró-Reitoria de Extensão
SECULT	Secretaria de Cultura
UFC	Universidade Federal do Ceará

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ACERVO INDIGENISTA DO CDPDH ....</b>	<b>17</b>
2.1 Mediação implícita da informação .....	20
2.2 Mediação explícita da informação .....	21
2.3 Mediação da informação em arquivo .....	24
2.4 A relação do CDPDH com os índios do Ceará .....	25
<b>3 POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ .....</b>	<b>27</b>
3.1 População indígena cearense .....	30
3.1.1 <i>Anacé</i> .....	31
3.1.2 <i>Gavião</i> .....	32
3.1.3 <i>Jenipapo-Kanindé</i> .....	32
3.1.4 <i>Kalabaça</i> .....	33
3.1.5 <i>Kanindé</i> .....	33
3.1.6 <i>Kariri</i> .....	34
3.1.7 <i>Pitaguary</i> .....	34
3.1.8 <i>Potyguara</i> .....	35
3.1.9 <i>Tabajara</i> .....	35
3.1.10 <i>Tapeba</i> .....	36
3.1.11 <i>Tapuya-Kariri</i> .....	36
3.1.12 <i>Tremembé</i> .....	36
3.1.13 <i>Tubiba-Tapuya</i> .....	37
3.1.14 <i>Tupinambá</i> .....	37
3.2 Registro e memória da história indígena cearense.....	37
3.2.1 <i>Salv guarda</i> .....	40
3.2.2 <i>Gestão museológica</i> .....	40
3.2.3 <i>Vinculação do museu a uma tutela administrativa</i> .....	40

<b>3.2.4 Comunicação.....</b>	<b>40</b>
<b>3.2.5 Infraestrutura .....</b>	<b>40</b>
<b>4 O ACERVO INDÍGENA .....</b>	<b>41</b>
<b>4.1 Descrição do acervo.....</b>	<b>42</b>
<b>4.2 Proposta de uma Linguagem Documentária indigenista multilíngue .....</b>	<b>44</b>
<b>4.2.1 Etapa A: Delimitação do subdomínio .....</b>	<b>46</b>
<b>4.2.2 Etapa B: Estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática e coleta do corpus do trabalho terminológico .....</b>	<b>47</b>
<b>4.2.3 Etapa C: Classificação, verificação e confirmação dos termos .....</b>	<b>48</b>
<b>4.2.4 Etapa D: Forma de apresentação do tesouro .....</b>	<b>49</b>
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>51</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>53</b>
<b>APÊNDICE A - Coleta dos termos.....</b>	<b>59</b>
<b>APÊNDICE B - Classificação dos termos .....</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICE C - Verificação dos termos.....</b>	<b>65</b>
<b>APÊNDICE D – Tesouro indígena estruturado alfabeticamente.....</b>	<b>68</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O acervo que atualmente está sob a guarda do Núcleo de Estudos sob Memória e Conflitos Territoriais (COMTER) e, posteriormente, passará para o Núcleo de Documentação (NUDOC), ambos vinculados ao Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC), é composto de recortes de jornais, cartas, mapas, folders, cartazes, fotografias, documentação contábil e administrativo-financeira, ofícios, atas de reunião, panfletos, gravações em áudio e vídeo (VHS e cassete), relatórios, cadernos, livros, entre outros documentos.

Os documentos do acervo indigenista originaram-se a partir da organização de movimentos, Organizações Não Governamentais (ONGs) e associações na década de 1980, que, posteriormente, tiveram o apoio do Centro de Defesa, Promoção e Desenvolvimento Humano (CDPDH), um centro que faz parte da Igreja Católica e que surgiu em 1982 por decisão da assembleia pastoral da Arquidiocese de Fortaleza, isto é, a pastoral indígena simbolizada por Dom Aloísio Lorscheider, que teve um papel fundamental no fortalecimento destas primeiras mobilizações por reconhecimento étnico no Ceará.

Os índios eram alvos de violentas perseguições, tanto por parte do governo, de posseiros, como daqueles que faziam especulações imobiliárias, o que resultou na perda da vida de muitos eles, de sua identidade, bem como de suas terras.

Mediante muitos atos junto à Assembleia Legislativa e outros poderes legais do estado, do município e do país, muitas pautas tiveram repercussões locais e nacionais. Com isso, foram produzidos muitos documentos por meio de processos, fotografias e periódicos, que foram concentrados em um único local a fim de preservar tais documentos e a memória indígena cearense.

De posse desses documentos tratados tecnicamente, surgiu a necessidade de disponibilizá-los, então passamos a nos questionar: como mediar o acesso de pesquisadores, da comunidade indígena e da sociedade civil em geral ao acervo indigenista da década de 1980?

Com o intuito de contribuir para que as comunidades indígenas, civil e de pesquisadores tenham acesso ao acervo indigenista do CDPDH, esta pesquisa descreve a mediação da informação implícita e explícita, envolvendo os documentos físicos e digitais; identifica as etnias cearenses e sua localização; esquematiza a construção do arquivo; e sugere uma linguagem documentária para que cada usuário encontre a informação de que necessita no menor tempo possível.

Os documentos que compõem o acervo indigenista do CDPHD são instrumentos de grande importância para a preservação da memória indígena cearense, pois contêm processos de demarcações de terras, violências, relatos e atas sobre as assembleias de organização dos povos indígenas, além de registros fotográficos e periódicos datados da década de 1980 até meados dos anos 2000. Para os pesquisadores, a sociedade civil e a comunidade indígena cearense estes documentos fundamentam parte de uma história de luta e de resistência dos índios do estado do Ceará.

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a revisão bibliográfica descritiva e para a análise dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo categorial qualitativo, segundo Bardin (2011, citada por CAVATI SOBRINHO; FUJITA; MORAIS, 2017).

Diante do exposto, passaremos para a apresentação das seções que compõem esta pesquisa, além desta primeira seção introdutória.

Na segunda seção, abordamos a mediação da informação para que os usuários possam ter acesso de modo eficaz ao documento que buscam.

Na terceira seção, descrevemos a identificação dos povos indígenas do estado do Ceará, sua cultura, seus costumes e rituais.

Na quarta seção, apresentamos a metodologia aplicada na pesquisa, o tratamento técnico dos documentos, a descrição da construção do arquivo, o passo a passo para o desenvolvimento da linguagem documentária e a utilização da ferramenta TemaTres na análise dos dados.

Por fim, a quinta seção traz as considerações finais, onde abordamos cada ponto desta pesquisa, sua importância e aplicabilidade.



## 2 MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO NO ACERVO INDIGENISTA DO CDPDH

Esta seção tem por objetivo descrever a mediação da informação, sua definição e como ela é realizada em arquivo.

De acordo com Russ (1994, p. 180, citado por MARTINS, 2014, p. 166), a palavra “mediação” é definida etimologicamente como:

[...] vem do latim *mediatione* que designa intervenção humana entre duas partes, a ação de dividir em dois ou estar no meio, indicando ideias de interveniência, relação, conjugação, religação, ponte ou elo estabelecido nas relações humanas, por meio de um elemento mediador.

De acordo com Almeida Júnior (2014, p. 100), “a mediação só ocorre quando há interferência de alguém, este que interfere é denominado como mediador”. Para este mesmo autor, “mediação da informação” é definida como sendo:

toda ação de interferência – realizada pelo profissional da informação –, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; que propicia a apropriação de informação que satisfaça, plena ou parcialmente, uma necessidade informacional. (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 92).

Dentro dessa perspectiva, observamos que os documentos do acervo indigenista do CDPDH passaram por interferências de modo a facilitar o acesso à informação, bem como preservar a história construída pelos índios cearenses de forma que possam manter a memória da sua cultura.

De acordo com Redigolo e Silva (2017), é importante destacar que a mediação da informação, para esta discussão, está presente em todo o fazer do bibliotecário, ou seja, desde o processamento da informação documentada até a sua disseminação. Almeida, Farias, G. e Farias, M. (2018, p. 432-433) corroboram esse ponto de vista, destacando que:

a mediação da informação é compreendida a partir do planejamento e execução das atividades como a organização, representação, acesso, recuperação, uso e apropriação da informação, caracterizando-se como um fenômeno social, à medida que está inserida no cotidiano e vinculada a ação e interação dos sujeitos.

Diante da afirmação dessas autoras, percebemos que o acervo indigenista passou por todas as etapas que compreendem a mediação da informação, pois foi planejada a organização dos documentos por meio de um projeto submetido ao Ministério da Cultura (Minc), que compreendeu a estruturação do projeto, e posteriormente foi submetido à Pró-Reitoria de Extensão (PREX) da UFC, onde os demais processos foram contemplados, seguindo para a etapa de execução, contemplando:

- a) Organização: Higienização;
- b) Representação: Identificação;
- c) Acesso: Digitalização;
- d) Recuperação: Disponibilização online;
- e) Uso: Comunidade indígena e pesquisadores;
- f) Apropriação: Toda comunidade civil.

O acesso ao Drive de armazenamento está sob a responsabilidade do Departamento de História da UFC. Com essas ações, acredita-se que o objetivo primeiro do projeto, que envolve a documentação indígena do Ceará, tenha atendido sua proposta.

A organização do conhecimento e da informação no acervo indigenista vem como forma de disponibilizar aos pesquisadores, alunos e à sociedade como um todo documentos de várias etnias indígenas do estado do Ceará. Para que ocorra essa organização, concordamos com Almeida Júnior (2014, p. 99) quando diz que “[...] é necessário que as informações e os documentos sejam organizados e tratados da melhor maneira”.

Todas essas interferências foram realizadas de forma orientada, com o intuito de manter a integridade dos documentos e da informação, para que não sofressem alterações, cumprindo, assim, o papel mediador em todo o processo. Para Almeida Júnior e Bortolin (2007, p. 3),

[...] o mediador terá a possibilidade de interferir eticamente no cotidiano do cidadão, fomentando o seu “desejo” e a sua necessidade de ler e de buscar informação, para que ao construir o seu conhecimento ele, conseqüentemente construa a sua vida.

Corroborando Almeida Júnior e Bortolin (2007), a proposta de digitalização do acervo vem para atender o desejo informacional da comunidade indígena, assim como dos pesquisadores e da sociedade em geral, pois acreditamos que numa documentação que está disponível no momento em que surge a necessidade da pesquisa, independentemente de local e horário, a mediação da informação ocorre de forma imediata, sem que o mediador esteja presente; contudo, ele já atuou para que a informação estivesse disponível para atender a demanda de determinado usuário.

Um acervo desprendido de paredes, horários e de pessoal, ou seja, móvel e flexível, para ser acessado com rapidez e agilidade, vai ao encontro da necessidade informacional dos usuários daquela informação, assim como do desejo que o mediador tem de facilitar tal uso, pois tanto a informação quanto o conhecimento não são estáticos, eles estão em constante desenvolvimento. Diante do exposto, os profissionais da informação recorrem à

mediação como uma forma de atender esta demanda dos cidadãos, agindo de forma ética no manuseio da documentação e disseminação das informações.

Dentre as diversas formas de mediação, citamos a humana, que, segundo Neves (2011, p. 420), “[...] está condicionada ao universo da gestão de recursos que envolvem o físico, o digital, o humano e o social”. A integração do conjunto destes tópicos possibilita o desenvolvimento de uma mediação eficaz gerida pelo homem, para se adequar às novas tecnologias e às novas formas de pesquisa, sem esquecer que o ser humano é quem facilita todo o processo que envolve a mediação.

A palavra mediação hoje é utilizada interdisciplinarmente, por isso tem significado atribuído conforme a sua aplicabilidade dentro das diversas áreas do conhecimento com as quais se relaciona, além de estar distribuída em diversas modalidades, tais como afirma Santos Neto (2014):

**Quadro 1- Modalidades de mediações.**

Mediação Avaliativa	Mediação Cognoscitiva	Mediação Comunicativa
Mediação Comunitária	Mediação Corporal	Mediação Cultural
Mediação Custodial	Mediação da Informação	Mediação da Leitura Literária
Mediação da Língua cognitivo	Mediação da Ritualidade	Mediação da Sensibilidade
Mediação de Conflito	Mediação de Conciliação	Mediação de Leitura
Mediação Digital	Mediação do conhecimento	Mediação do Livro
Mediação do objeto	Mediação Documental	Mediação dos saberes
Mediação Eletrônica	Mediação Escolar	Mediação Esportiva
Mediação Estética	Mediação Familiar	Mediação Histórica
Mediação Individual	Mediação Institucional	Mediação Jornalística
Mediação Jurídica	Mediação Mercantil	Mediação Midiática
Mediação Múltipla	Mediação Oral da Literatura	Mediação para a paz
Mediação Patrimonial;	Mediação Pedagógica	Mediação pós-custodial
Mediação Profissional	Mediação Psicológica	Mediação Radiofônica
Mediação Semiótica	Mediação Simbólica	Mediação Situacional
Mediação Social	Mediação Técnica	Mediação Tecnológica
Mediação Televisiva	Mediação Videotecnológica	

Fonte: Santos Neto (2014, p. 63).

Diante do exposto no quadro 1, fica bem definida a diversidade na utilização do termo “mediação”, porém, aqui, nos deteremos à seguinte definição de mediação da informação:

[...] preocupa-se com o acesso e contato pelos usuários, relaciona-se também com a internet, com as redes colaborativas e participativas, está presente nos fluxos e espaços informacionais [...] existe uma diversidade de relações e cooperativismo nesse tipo de mediação, como a presença da informática e da tecnologia (SANTOS NETO, 2014, p. 66).

A mediação da informação ocorre em conjunto com outras áreas do conhecimento, como afirma Lousada (2016, p. 125), ao apontar essa multidisciplinaridade: “Com a multiplicação e complexificação dos serviços de informação, mormente com o advento da internet, as práticas mediadoras no espaço social e institucional tendem a coexistir em um tipo novo de mediação [...]”. Com o acervo indigenista não foi diferente, pois ele passou por tratamento técnico e foi disponibilizado com o auxílio das tecnologias, da informática, da internet e das técnicas de uma equipe multiprofissional.

Desse modo, compreendemos que a mediação é realizada em momentos diferentes, abrangendo a mediação implícita e explícita da informação. Segundo Valentin (2010, p. 19), “O estudo da mediação levou-nos a dividi-la em dois grandes segmentos no âmbito do fazer do profissional da informação: a mediação implícita e a mediação explícita”. Nas próximas subseções, veremos como esses dois segmentos foram aplicados nesta pesquisa.

## **2.1 Mediação implícita da informação**

No universo da mediação da informação está compreendida a mediação implícita, que diz respeito ao fazer do mediador da informação, ou seja, as atividades relacionadas ao tratamento técnico que ele desenvolve durante esse processo para que o usuário possa ter acesso à informação. Almeida Júnior (2009, p. 92-93) define que a mediação implícita “[...] ocorre nos espaços dos equipamentos informacionais em que as ações são desenvolvidas sem a presença física e imediata dos usuários. Nesses espaços, como já observado, estão a seleção, o armazenamento e o processamento da informação”.

Durante o processo de mediação implícita, o mediador deve buscar o equilíbrio entre a manipulação dos documentos e as interferências que serão realizadas, pois estas serão necessárias e não serão neutras, como afirma Almeida Júnior (2009, p. 93): “A idéia de neutralidade, tanto do mediador como do processo de mediação, torna-se claramente inapropriada”. Contudo, tais intervenções devem ser sutis, para que não sejam caracterizadas como manipulação.

“Há uma linha tênue entre interferência e manipulação. A consciência de sua existência, bem como da realidade da interferência, permite não a eliminação da manipulação, mas a diminuição de seus riscos e de suas conseqüências.” (ALMEIDA JÚNIOR, 2009, p. 94).

No acervo indigenista, a interferência realizada de forma direta e coletiva possibilitou a organização do acervo físico e digital, então a mediação foi realizada de forma

implícita durante todo o processo de tratamento da documentação, pois não houve a participação de usuários. Após todo o processo de organização/higienização, representação/identificação e digitalização, o acervo passou a ser tratado digitalmente, posteriormente foi disponibilizado por categorias em um Drive, o qual hoje o usuário participa ativamente realizando pesquisas.

Segundo Santos Neto e Almeida Júnior (2017, p. 261), “Certamente deve-se buscar a imparcialidade quanto a essa interferência, mesmo sabendo que ela não será alcançada, todavia é necessário diferenciar interferência de manipulação”.

De acordo com Ortega (2015, p. 02), “a mediação da informação implica intervenção, ação propositiva, intencionalidade, cujo objetivo é a apropriação da informação”; portanto, o profissional da informação, no momento em que está trabalhando com os documentos, deve estar atento para interferir o mínimo possível e não manipular tais documentos e as informações contidas neles, pois a possibilidade de neutralidade durante as atividades é inexistente.

## **2.2 Mediação explícita da informação**

Valentim (2010, p. 19) diz que a mediação explícita é aquela que “ocorre nos espaços em que há, claramente, uma relação formal entre o usuário e o equipamento informacional”, ou seja, quando o usuário está em contato direto com o mediador da informação, seja de forma presencial ou a distância, por meio de equipamentos tecnológicos.

Presser *et al.* (2015, p.176) afirmam que a mediação explícita da informação “[...] é realizada por um profissional e ocorre nos espaços em que se dá a relação entre o usuário e o equipamento informacional”, pois ele vai interagir diretamente com o usuário e com as fontes de informação. Nesse sentido, concordamos com o que expõem Almeida, Farias, G. e Farias, M. (2018, p. 438): “Daí a necessidade de gerenciar estrategicamente as técnicas e procedimentos de tratamento, organização e disseminação da informação para possibilitar uma interação eficaz da comunidade usuária com o conhecimento”.

Quando as técnicas de gerenciamento, tratamento e disseminação da informação são realizadas de forma adequada, o mediador facilmente atende à demanda dos usuários, que, em muitos casos, tem pressa para ter acesso à determinada informação. Assim, o mediador atenderá a quarta Lei de Ranganathan, ‘poupe o tempo do leitor’, desta forma a mediação explícita ocorrerá satisfatoriamente para ambas as partes.

De acordo com conceitos da Biblioteconomia, para que o usuário tenha acesso aos documentos, estes deverão passar por um processo de representação, mas, para isso, precisamos entender o que é um documento. Na definição de Cavati Sobrinho, Moraes e Fujita (2010, p. 63),

Um documento, portanto, é material, possui uma intenção em evidência, sendo passível de ser organizado e tratado para ser disseminado, cujo conteúdo apresenta uma tematicidade específica e delimitada, expressa, textualmente, com coesão, coerência, que se consubstanciam em informação, aceita (reconhecida) em um dado contexto (situacionalidade).

Durante a mediação, as partes envolvidas têm um objeto em comum: a informação, que pode estar em suporte diverso. Segundo Barreto (1999, p. 167, citado por CAVATI SOBRINHO; MORAES; FUJITA, 2012, p. 137), a informação pode ser considerada como: “Conjuntos significantes com a competência e a intenção de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo, ou a sociedade [...] instrumento modificador da consciência do homem e de seu grupo social”.

Os elementos que compõem a mediação explícita são: o documento, a informação e a linguagem, que, por sua vez, integram o interesse do usuário e, portanto, é construída a comunicação direta entre o usuário e o mediador da informação.

Gama e Ferneda (2010, p. 156) dizem que “Na mediação da informação explícita destacam-se os serviços de referência devido a sua proximidade com os usuários”. É no serviço de referência que o usuário terá contato direto com o profissional da informação na tentativa de obter de forma mais rápida a informação desejada.

Para que ocorra a mediação, Souto (2010) afirma que o foco deve estar na necessidade informacional do usuário. Visando atender a esta demanda, o profissional da informação deverá fazer uma breve investigação para detectar, de forma mais precisa, o que o usuário deseja e, assim, atingir o foco, que é a mediação da informação.

Diante da evolução nas pesquisas por parte dos usuários e sua independência na busca pelas informações desejadas, as tecnologias são opções de uma busca rápida para satisfazer determinada necessidade informacional. Instruí-los para que obtenham êxito na atividade de pesquisa de forma autônoma é um caminho para que este usuário possa buscar as informações desejadas. Portanto,

[...] o bibliotecário precisa exercer a sua função de mediador a partir dos serviços de informação estimulando aos usuários o desenvolvimento de habilidades necessárias para uma autonomia e competência em informação configurando procedimentos de mediação explícita (SILVA, J.; SILVA, A., 2012, p. 16).

Na relação bibliotecário/usuário durante a mediação da informação deve-se ter o cuidado de observar com atenção o que o usuário está solicitando e o que de fato necessita. Para isso, é importante o contato direto com o usuário, a fim de fazer uma breve sondagem do que ele necessita para que prontamente o bibliotecário consiga atendê-lo da melhor maneira. Para que isso ocorra de modo eficaz, recomenda-se a entrevista de referência (GROGAN, 1995).

No momento em que o bibliotecário está ajudando o usuário a entender o que ele necessita, realiza uma série de procedimentos que é imperceptível ao consulente, que Grogan (1995) descreve como sendo o processo normal de referência, que consiste em oito passos, a saber:

1. O problema;
2. A necessidade de informação;
3. A questão inicial;
4. A questão negociada;
5. A estratégia de busca;
6. O processo de busca;
7. A resposta;
8. A solução.

O bibliotecário deve identificar qual o problema, a necessidade de informação, qual a questão inicial do consulente, e se essa questão pode ser negociada ou não. Caso a questão inicial não esteja bem definida, o bibliotecário deve traçar estratégias de busca para devolver uma resposta ou uma solução para a necessidade do consulente.

Dessa forma, podemos dizer que a mediação explícita da informação passa por vários estágios, desde o momento em que o documento chega ao ambiente de informação, passando pelo processamento técnico para sua representação e indexação, até o momento em que o consulente solicita o acesso ao documento, em contato direto com o bibliotecário.

### **2.3 Mediação da informação em arquivo**

A palavra arquivo foi definida por diversos estudiosos em vários países e é utilizada de acordo com sua aplicação; contudo, neste estudo, adotaremos a definição trazida por Schellenberg (2006, p. 41):

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e

de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente.

Os documentos produzidos com fins administrativos, comprobatórios ou de pesquisa são acumulados pela instituição produtora e, após cumprirem a sua função administrativa na fase corrente, passarão por uma avaliação diagnóstica. Em seguida, será adotada uma destinação, seja o descarte ou a guarda permanente e preservação de tais documentos, considerando-se aspectos como o valor administrativo, histórico e/ou cultural.

Passada a fase da classificação e destinação dos documentos, estes passaram a serem tratados de acordo com a sua funcionalidade, pois, após cumprirem a sua função administrativa, passam a ter o valor histórico, cultural e/ou histórico-cultural, sendo considerado nesta etapa como arquivo permanente.

Os documentos de arquivo passam por tratamentos técnicos, mediante a intervenção dos profissionais, e são disponibilizados para que os usuários possam ter acesso, acarretando a mediação das informações contidas nestes documentos.

De acordo com Lousada (2016, p. 128), “os serviços informacionais prestados pelos arquivos se constituem como um dos principais mecanismos para mediação da informação, aproximando o usuário da informação materializada”.

Os serviços informacionais oferecidos pelo serviço de referência são: a consulta local, o empréstimo e a reprodução dos documentos, dessa forma diz-se que a relação mediacional da informação com o usuário ocorre de forma implícita ou explícita. Na visão de Ortega (2015, p. 02),

A mediação da informação, ou mediação documentária, engloba o conjunto das ações realizadas sobre objetos, na perspectiva de pessoas em torno de atividades comuns – científicas, profissionais, estéticas, de lazer –, do que decorre que essas pessoas sejam tomadas como público e que os objetos sejam abordados como documentos.

Nesse contexto, a mediação da informação desenvolvida mediante as ações de tratamento técnico realizado nos objetos do acervo indigenista foi com o intuito de torná-los documentos acessíveis, para tanto entendemos que a representação de acordo com a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRAD) atende às necessidades dos pesquisadores. Contudo, para que a sociedade civil tenha acesso de forma objetiva a esses documentos, a adoção de uma linguagem documentária se faz necessária para que a representação do conteúdo seja realizada de forma controlada. Desta feita,

[...] os estudos de linguagem aplicados à Documentação se mantêm, em especial, quanto aos fundamentos da linguagem documentária (como o tesauro) e às



metodologias para sua construção com aportes da Terminologia. A teorização em torno da linguagem documentária evidencia seu maior desenvolvimento de base conceitual e metodológica, comparativamente aos processos de descrição formal dos documentos e de seus instrumentos, os quais são mais fortemente abordados de modo prescritivo. Embora marcadas por estágios diferentes de fundamentação científica, entendemos que a totalidade das atividades documentárias dá-se via linguagem, cada uma segundo suas especificidades (ORTEGA, 2015, p. 05).

Corroborando a citação de Ortega (2015), percebemos a necessidade de uma linguagem documentária para ordenar a representação dos documentos do acervo indigenista do CDPDH, de modo que sejam aplicados termos que representem os documentos dentro de um vocabulário controlado, ou seja, um tesauro.

#### **2.4 A relação do CDPDH com os índios do Ceará**

O CDPDH foi fundado em 1982 por decisão da Assembleia Arquidiocesana de Pastoral. É uma entidade autônoma sem fins lucrativos, apartidária, de caráter pastoral, tendo sede e foro na cidade de Fortaleza-CE<sup>1</sup>.

Atua na região metropolitana de Fortaleza em ações de extremo interesse dos menos favorecidos da cidade, colocando-se como instrumento de luta pela conquista da cidadania plena, na perspectiva da construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária.

Dentre seus objetivos, destacamos o de assumir a defesa dos grupos comunitários oprimidos, injustiçados, sem voz e sem vez e o de apoiar as questões de interesse dos povos indígenas.

O trabalho desenvolvido junto à comunidade indigenista é o de atuar acompanhando e dando assessoria jurídica e organizacional a três povos indígenas da região metropolitana de Fortaleza: Tapeba (Caucaia), Pitaguary (Maracanaú) e Jenipapo-Kanindé (Aquiraz). Atua também acompanhando a articulação dos indígenas do Ceará, desenvolvendo ações de luta pela demarcação da terra, natureza e cultura dos povos indígenas, bem como a promoção e fortalecimento da autonomia desses povos.

Os documentos produzidos por meio dessas ações foram: relatórios, atas, livros, periódicos, fotografias, reportagens, entre outros documentos que, com o passar dos anos, foram sendo acumulados e hoje contam parte da história desses povos indígenas cearenses. O conjunto desses documentos integra o acervo do CDPDH, cuja criação e atuação remetem ao contexto de fortalecimento das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), isto é, do apoio

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/arquidiocese/organismos/centro-de-defesa-e-promocao-dos-direitos-humanos-cdpdh/>. Acesso em: 16. mar. 2019.

efetivo aos movimentos dos sem-teto e dos sem-terra, da assessoria jurídica prestada nos casos de prisões ilegais e perseguições a militantes e ativistas políticos, tortura, atos de violência contra homossexuais e mulheres, dentre outras violações de Direitos Humanos.

Dom Aloísio Lorscheider foi o Arcebispo de Fortaleza que fundou a pastoral indigenista vinculada ao CDPDH, que, por sua vez, acompanhava as ações desenvolvidas em prol dos índios cearenses. Em muitos documentos, podemos constatar a ação do Arcebispo para mobilizar o poder público e reivindicar, dentre outras questões, a demarcação das terras indígenas, assim como denunciar a violência praticada contra os índios.

### 3 POVOS INDÍGENAS DO CEARÁ

Os políticos e os intelectuais do século XIX fizeram vários discursos e produziram diversas obras literárias para provar que não existiam mais índios no estado do Ceará, sob a alegação de que eles tinham se misturado à população civilizada e, portanto, não eram mais considerados índios, mas sim mestiços. A negação das identidades indígenas implicava na negação de outras várias coisas, dentre as quais, naturalmente, o direito de posse coletiva da terra, que, segundo Gomes (2012, p. 30), esses discursos foram se “relacionando aos discursos de negação ao processo de apropriação de terras tidas como ‘devolutas’”, ou seja, vazias, sem habitantes. “A historiografia cearense nasceu sob o signo da negação da presença indígena”, como afirma Gomes (2012, p. 29).

Tais discursos, ao longo da história do Brasil, constroem imagens dos índios de uma maneira com que eles sejam considerados sem aptidão e sem direito às suas terras, por serem taxados de selvagens. Esta foi a forma que os governantes da época encontraram para demonstrar que os índios não tinham poder sobre seus bens, em especial suas terras, uma realidade descrita por Xavier (2015, p. 101):

Entre outras atitudes: o não cumprimento absoluto das regras clericais e leis soberanas; a manutenção de práticas socioculturais, e até mesmo de certas práticas religiosas; a luta pela terra; a intolerância ao rígido disciplinamento do trabalho; e, mormente, os atos de violência e fugas como forma de resistência, são alguns dos pontos presentes nas ações indígenas que faziam com que os governantes lhes vissem como seres de “má índole”.

Através de tal demonstração, os governantes se apropriaram das terras indígenas de forma que, até os dias atuais, esses povos tentam retomar seus bens. Os índios se organizam em movimentos para ficarem bem estruturados e conseguirem atingir seus objetivos, nos âmbitos da educação, saúde, cultura, religião e, sobretudo, territorial.

Os povos indígenas, como parte da história do Ceará, não têm reconhecimento ao longo dos anos, porém muitos pesquisadores têm se empenhado em estudos específicos para demonstrar que os povos indígenas não apenas existem como também resistem até os dias atuais e lutam por seus direitos como etnia indígena. Contudo, dentro do processo civilizatório, tentou-se demonstrar que os povos indígenas não eram considerados civilizados, com isso estavam fadados à extinção, “os selvagens”, onde povos indígenas ao redor do mundo tinham suas artes, linguagens e culturas desaparecendo e suas instituições se dissolvendo (GOMES, 2012).

Segundo a Associação para Desenvolvimento Local Co-produzido<sup>2</sup> (ADELCO, 2017a, citado por LIMA; MARQUESAN, 2017), o Ceará passou de uma condição de estado sem população indígena, na década de 1970, para uma população atual de mais de 32.000 índios e mais de 14 povos, superando, assim, a falsa compreensão de que não há índios no Ceará.

Por meio de pesquisas, constatou-se que os povos indígenas do Ceará estão organizados em grupos a fim de reivindicarem seus direitos perante a sociedade e, assim, impreterivelmente conseguirem demarcar suas terras como condição primeira de sua sobrevivência, pois é através delas que cultivam seus costumes, alimentos, bem como extraem matéria-prima para fabricar artesanatos e manter suas tradições.

De acordo com a ADELCO (2017a, citado por LIMA; MARQUESAN, 2017), o Movimento Indígena do Ceará articula 14 povos indígenas no estado em 19 municípios, e mais dois povos que não fazem parte dessa articulação e estão geograficamente localizados em quatro regiões:

- a) Povos do Sertão;
- b) Povos do Litoral;
- c) Povos da Serra;
- d) Povos da Região Metropolitana de Fortaleza.

Os povos indígenas estão estabelecidos em vários municípios do Ceará, o que comprova que nunca foram extintos, como afirmam alguns autores, visto que não eram reconhecidos e os ditos “detentores do conhecimento” se apropriaram das terras que, de fato, eram dos índios. De acordo com Xavier (2015, p. 18),

Na visão oficial, “índios, como sinônimo de pessoas e coletividades”, só existiriam no Amazonas e áreas “mais remotas do país, onde a colonização estava tão somente começando”. No Ceará, intuindo ocupar e explorar plenamente as terras nativas, membros do Governo e particulares logo passam a divulgar essa versão.

O interesse financeiro que movia o governo e os proprietários de terras, pessoas detentoras de conhecimento e poder, os levou a tentar demonstrar para a sociedade que os povos indígenas não mais existiam, a fim de se apropriar das terras que eram de fato e de direito dos índios. Em função disso, eles foram violentamente expulsos de suas terras, sofreram massacres em sua cultura, religiosidade, mortes, bem como seus direitos foram negados enquanto etnia indígena. Porém, Xavier (2015, p. 18) esclarece que:

---

<sup>2</sup> Disponível em: <https://adelco.org.br>. Acesso em: 20 maio 2018.

Embora os índios tenham sido considerados extintos pelas autoridades da segunda metade do século XIX, atualmente o movimento indígena é significativo no Ceará. Em diferentes regiões do Estado, apesar das adversidades enfrentadas, torna-se cada vez mais forte a luta destes grupos por reconhecimento étnico-territorial. (XAVIER, 2015, p. 18).

Os movimentos em função de reconhecimento étnico-cultural indígena no Ceará estão bem organizados, de forma que eles buscam agregar todas as etnias locais para que consigam atingir seus objetivos e, assim, conquistar seus direitos. O fruto dessa organização é a demarcação de terras dos índios Tapeba, mas outras etnias continuam em busca deste mesmo objetivo. Em outras áreas, eles também têm conseguido obter êxito em suas reivindicações, tais como saúde e educação, com a implantação do ensino da língua tupi em alternativa à língua portuguesa, lecionada como segundo idioma em escolas indígenas, o que acarreta a preservação da identidade dos povos indígenas cearenses. Almeida (2012, p. 22) afirma que:

Em nossos dias, essas concepções vão sendo desmontadas. No palco da história, os índios vão, lentamente, passando da invisibilidade construída no século XIX para o protagonismo conquistado e restituído nos séculos XX e XXI por movimentos políticos e intelectuais nos quais eles próprios têm tido intensa participação. Desde a década de 1990, os historiadores no Brasil têm se voltado para o estudo dos índios, valorizando-os como sujeitos dos processos históricos por eles vivenciados.

No decorrer de muitos anos, ao longo da história do Brasil, os povos indígenas buscam o reconhecimento dos seus direitos. Em especial no Ceará, pesquisadores e intelectuais estão cada vez mais empenhados nesta causa, pois o que durante o século XIX foi negado aos índios nos séculos XX e XXI vem sendo reconquistado.

Os índios vêm, a cada dia, buscando conhecimento para poder, diante da sociedade cearense, demonstrar que conhecem seus direitos, que são garantidos por Lei desde a Constituição de 1988.

No cenário cearense, pesquisadores de universidades públicas estão em parceria com organizações religiosas e com o movimento indígena do estado, para juntos buscarem o reconhecimento desses povos como etnias autênticas que são, e a busca pela recuperação de sua cultura, identidade e a reocupação de suas terras, bem como a sua legalização.

A organização do movimento indígena no Ceará favorece para que os povos indígenas ganhem força e visibilidade, demonstrando que eles de fato estão vivos e atuantes e que têm uma cultura definida, assim como sua identidade; portanto, não podem mais ser considerados extintos, como outrora o foram. Hoje, diferentemente do século XIX, eles têm o apoio de alguns políticos e de intelectuais na busca de sua afirmação e da demarcação de suas terras. Nesse cenário,

Entender cultura e etnicidade como produtos históricos, dinâmicos e flexíveis, que continuamente se constroem através das complexas relações sociais entre grupos e indivíduos em contextos históricos definidos, permite repensar a trajetória de inúmeros povos que por muito tempo foram considerados misturados e extintos. Mudanças culturais vivenciadas pelos índios ganham outras interpretações e passam a ser vistas não apenas como perda ou esvaziamento de uma cultura dita autêntica, mas em termos do seu dinamismo, mesmo em situações de contato extremamente violentas como foi o caso dos índios e dos colonizadores. O mesmo se pode dizer em relação às identidades indígenas que, transformadas e invisibilizadas, emergem hoje em conjunturas mais favoráveis, graças aos inúmeros processos de etnogênese. (ALMEIDA, 2012, p. 23).

O reconhecimento da língua, das danças e dos costumes próprios da cultura indígena vem se perpetuando ao longo do século XXI, pois o que antes era interpretado como invisível, hoje, depois de muitas lutas, algumas bastante violentas, surgem como identidade reconhecidamente distinta e denominada como etnia indígena.

Esse reconhecimento que os povos indígenas vivenciam atualmente só está sendo possível porque eles não desistiram da cultura que descreve toda a trajetória de um povo, com identidade própria e características bem definidas. Mesmo depois de considerados miscigenação e misturados aos povos civilizados, eles jamais desistiram de provar que resistiram a muitas perseguições, a processos de negação de suas origens, porém muito ainda há de se fazer para que eles conquistem todos os seus direitos como povos indígenas.

### **3.1 População indígena cearense**

No Ceará, os povos indígenas estão localizados em 21 municípios, os quais abrigam, em alguns casos, mais de uma etnia, mas apenas duas estão com seu processo de regularização de terras concluído, que são: Tapeba e Tremembé.

Segundo a ADELCO (2017a citado por LIMA; MARQUESAN, 2017), o Ceará possui 14 etnias indígenas, que vamos elencar a seguir, assim como quais são os respectivos municípios onde estão localizados:

1. Anacé - Caucaia e São Gonçalo do Amarante;
2. Gavião - Monsenhor Tabosa;
3. Jenipapo-Kanindé - Aquiraz;
4. Kalabaça - Crateús e Poranga;
5. Kanindé - Canindé e Aratuba;
6. Kariri - Crateús;
7. Pitaguary - Maracanaú e Pacatuba;

8. Potyguara - Boa Viagem, Fortaleza, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente, Tamboril e Crateús;
9. Tabajara - Boa Viagem, Tamboril, Ipueiras, Monsenhor Tabosa, Poranga, Quiterianópolis e Crateús;
10. Tapeba - Caucaia;
11. Tapuya-Kariri - Carnaubal e São Benedito;
12. Tremembé - Acaraú, Itarema e Itapipoca;
13. Tubiba-Tapuya - Monsenhor Tabosa, Boa Viagem e Tamboril;
14. Tupinambá - Crateús;

Na maioria dos povos indígenas descritos acima, existem problemas com a demarcação de suas terras, o que acarreta outros problemas, pois compromete a educação, saúde e suas práticas religiosas. Para que seus direitos sejam assegurados, alguns segmentos da sociedade civil se uniram para fortalecer essa luta, tais órgãos estão ligados à Igreja Católica, universidades públicas e a pesquisadores, os quais buscam assegurar os direitos indígenas, bem como homologar a garantia de suas terras.

Para conhecermos um pouco mais sobre a história de cada povo, a seguir iremos descrever, de forma sucinta, os pontos principais em sua trajetória de desenvolvimento e de luta.

### **3.1.1 Anacé**

Habitam tradicionalmente o território de São Gonçalo do Amarante e Caucaia. De acordo com Gomes, Vieira Neto e Muniz (2007), os Anacé estão distribuídos em 16 comunidades dentro de São Gonçalo do Amarante, a saber: Mangabeira; Pau-Branco; Salgado; Tabuleiro Grande; Boqueirão; Currupião; Baixo da Carnaúba; Maceió do Rafael; Torém; Areia Verde; Lagoa Amarela; Jereraú; Tocos; Chave Oiticica; Tapuio; e Siupé. Também se localizam em três comunidades de Caucaia: Matões, Japuaara e Santa Rosa. Têm como prática religiosa o Toré. Além disso,

Sua emergência étnica tem estreita ligação com a instalação, na mesma área, de uma série de empreendimentos que integram o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). No final da década de 1980, lideranças políticas locais começaram a idealizar um projeto de construção de uma infra-estrutura, no Ceará, apta a receber uma refinaria da Petrobrás, contando com um porto, um polo metal-mecânico, uma

siderúrgica. No ano de 1996, o projeto de criação de um porto no distrito do Pecém começou a sair efetivamente do papel. Como a área destinada a sua implantação e de outros empreendimentos era ocupada por inúmeras famílias, estas começaram a ser desapropriadas a partir daquele ano. (GOMES; VIEIRA NETO; MUNIZ, 2010, p. 01).

Os Anacé são marcados por ações governamentais investidas contra as suas terras, pois “centenas de famílias foram expulsas da terra, sendo algumas alojadas nos assentamentos de Novo Torém, Forquilha e Monguba”. (GOMES; VIEIRA NETO; MUNIZ, 2010, p. 02).

Em 1996, começaram as desapropriações de suas terras, e em setembro de 2007, na Aldeia dos Matões, aconteceu a I Assembleia do Povo Indígena Anacé, com a participação de todas as etnias do Ceará.

### ***3.1.2 Gavião***

Estão situados no município de Monsenhor Tabosa, na comunidade de Boa Vista, e, de acordo com Gomes, Vieira Neto e Muniz (2007), os habitantes trabalham em conjunto no cultivo de plantações e da caça de animais.

“Os Gavião participam da luta indígena desde 2005 quando, por incentivo de lideranças locais, iniciaram seu processo de mobilização. Estão organizados no Conselho Indígena do Povo Gavião, que se reúne mensalmente”. (GOMES; VIEIRA NETO; MUNIZ, 2007, p. 12).

O povo Gavião, assim como outros povos, está tentando demarcar as suas terras e, para isso, organizaram-se por meio de um conselho a fim de melhorar a comunicação e, conseqüentemente, o prosseguimento de suas reivindicações.

### ***3.1.3 Jenipapo-Kanindé***

Vivem no município de Aquiraz, na comunidade da Lagoa da Encantada. Segundo Gomes, Vieira Neto e Muniz (2007), eles trabalham com o cultivo de plantas, estão intimamente ligados à cultura da pesca e consideram como espaço sagrado a própria Lagoa da Encantada. Focando na luta desse povo,

Desde 1995 a Cacique Pequena, como é mais conhecida a senhora Maria de Lourdes da Conceição Alves, lidera a etnia na luta pelo cumprimento dos direitos indígenas, pela demarcação de suas terras e em defesa da Lagoa da Encantada, constantemente ameaçada pela especulação e poluição. (GOMES; VIEIRA NETO; MUNIZ, 2007, p. 14).



Um Conselho Indígena é a forma de organização do povo Jenipapo-Kanindé, que tem o objetivo de proteger as suas terras, em especial a Lagoa da Encantada, por ser considerado um lugar sagrado.

#### **3.1.4 Kalabaça**

Estão nos municípios de Crateús e Poranga, divididos em sete comunidades: Altamira, Fátima I, Fátima II, São José, Maratoã, Planaltina e Caixa D'Água. Trabalham com o cultivo de plantas, pesca e caça de animais de pequeno porte.

De acordo com Gomes, Vieira Neto e Muniz (2007), Crateús tinha um conselho indígena composto por quatro etnias e que foi fundado em 1992, denominado CINCRAR (Conselho Indigenista de Crateús e Região). Funcionou durante 12 anos, após um novo direcionamento de que cada etnia teria o seu próprio conselho, então o CINCRAR foi extinto.

Segundo Lima (2010, p. 178), “[...] os Kalabaça passaram a se organizar por meio da Associação Indígena Calabaça de Crateús (AICC)”.

#### **3.1.5 Kanindé**

Localizado nos municípios de Canindé (Sertão Central) e Aratuba (Serra de Baturité), possui duas comunidades: em Canindé a Serra da Gameleira, e em Aratuba o Sítio Fernandes. Suas principais atividades são a caça e a agricultura sustentável, respeitando o período de reprodução dos animais e buscando, com isso, a preservação das espécies para as futuras gerações.

Segundo Gomes (2009), a tradição oral diz que os Kanindé viveram migrando por conta das secas e das inovações em suas terras feitas por posseiros criadores de gado da região do município de Mombaça.

#### **3.1.6 Kariri**

Vivem no município de Crateús, na comunidade de Maratoã, e descendem de dois núcleos familiares, migrantes dos municípios do Crato e de Lavras da Mangabeira. De acordo com Gomes, Vieira Neto e Muniz (2007, p. 20),

A história da etnia Kariri, em Crateús, está intimamente ligada à trajetória de vida de dona Tereza Kariri, que foi uma das primeiras a se identificar como indígena e tomou-se uma das principais lideranças do movimento. Junto às lideranças de outras etnias, participou da fundação da Pastoral Raízes Indígenas, ligada à Diocese de Crateús e fundamental no apoio e articulação dos povos indígenas na região.

Segundo Lima (2010), Roquelina Alves Rodrigues, mais conhecida como Tereza Kariri, teve influência direta na afirmativa desta etnia, pois foi uma das primeiras a se identificar como indígena, tornando-se a principal liderança do movimento.

Esta etnia sofreu migrações por parte da família de Dona Tereza Kariri por ocasião de secas severas. Possuem uma escola onde ensinam o artesanato, o Toré e rituais de cura como fortalecimento de sua cultura.

### ***3.1.7 Pitaguary***

Estão localizados nos municípios de Maracanaú e Pacatuba, possuindo quatro comunidades: Horto, Olho D'Água e Santo Antônio dos Pitaguary (em Maracanaú); e Monguba (em Pacatuba).

Vivem da caça, pesca e agricultura, e são conhecedores de muitas ervas e plantas medicinais. Produzem adornos a partir de elementos da natureza e dançam o Toré como símbolo de afirmação de sua identidade e instrumento de luta política. Além disso,

Conscientes de seus direitos constitucionais passaram a se reunir e pressionar pela demarcação de suas terras, organizando o Conselho Indígena Pitaguary - COIPY. Mais tarde, o número de pessoas engajadas na luta foi crescendo e, como resultado, novos espaços de organização política foram criados, surgindo daí o Conselho de Articulação Indígena Pitaguary - CAINPY, o Conselho Indígena Pitaguary de Monguba - COIPYM, Associação dos Produtores Indígenas Pitaguary - APIPY, a Articulação das Mulheres Indígenas Pitaguary - AMIPY e o Conselho dos Professores Indígenas Pitaguary - COPIPY. Na Aldeia Monguba, em Pacatuba, foi criada a Casa de Apoio para reuniões, encontros e realização de atividades culturais. (GOMES; VIEIRA NETO; MUNIZ, 2007, p. 23-24).

A organização dos Pitaguary em associações fortaleceu o desejo de lutar por seus objetivos e conquistar mais espaço na sociedade. Um projeto de lei aprovado em 1993, doando 107 hectares de terra para eles, foi resultado dessa organização.

### ***3.1.8 Potyguara***

Vivem em Crateús, Monsenhor Tabosa, Novo Oriente e Tamboril, distribuídos em vinte comunidades. Em Crateús, localizam-se nas seguintes regiões: Terra Prometida, Nova

Terra, Terra Livre e Aldeia São José, na periferia da cidade; Santa Rosa, em Monte Nebo. Em Monsenhor Tabosa, situam-se nas comunidades: Mundo Novo, Chupador, Jacinto, Boa Vista, Passarinho, Merejo, Tourão, Distrito-Sede, Espírito Santo, Longar, Passagem e Pitombeira. Em Novo Oriente: Lagoa dos Nery e Açude dos Carvalhos; e em Tamboril: Viração.

Gomes, Vieira Neto e Muniz (2007, p. 35) afirmam que “Existem Potiguara ainda, segundo alguns estudiosos, em Ipueiras e, na região metropolitana de Fortaleza, em Paupina (Messejana)”. Sobre a etnia Potiguara, esses autores ainda afirmam que: “desde julho de 2007, os Potiguara em Crateús estão organizados na ARIPPOC (Associação Raízes Indígenas do Povo Potiguara de Crateús), surgida por ocasião do momento de rearticulação dos povos indígenas no município”. (GOMES; VIEIRA NETO; MUNIZ, 2007, p. 35).

### **3.1.9 Tabajara**

Estão localizados em Crateús, Monsenhor Tabosa, Poranga, Quiterianópolis e Tamboril, divididos em quinze comunidades. Em Poranga: Imburana e Cajueiro; em Crateús: Terra Prometida, Vila Vitória, Nova Terra, Terra Livre, Altamira, Planaltina e Nazário; em Quiterianópolis: Fidélis, Vila Nova, Croata e Vila Alegre; em Monsenhor Tabosa: Olho D'Água dos Canutos; e em Tamboril: Grota Verde. Sobre as suas terras,

Em fevereiro de 2004, os Tabajara de Crateús conseguiram, através de sua luta, retomar cerca de 6.000 hectares de suas terras que ficam na serra da Ibiapaba. O local é chamado de Nazário e lá estão residindo cerca de 10 famílias, entre Tabajara e Kalabaça, enquanto aguardam a delimitação e demarcação da terra. (GOMES; VIEIRA NETO; MUNIZ, 2007, p. 39).

As lutas pela retomada de suas terras só são possíveis por conta da organização que eles têm, dentre elas Gomes, Vieira Neto e Muniz (2007, p. 40) destacam “o Conselho Indígena dos Povos Tabajara e Kalabaça de Poranga - CIPO [...], a Associação de Mulheres Indígenas Tabajara e Kalabaça (AMITK) e a Escola Diferenciada Indígena de Poranga”.

### **3.1.10 Tapeba**

Estão no município de Caucaia, com 18 comunidades: Água Suja; Bom Jesus; Capoeira; Capuan; Cigana; Itambé; Jandaiguaba; Jardim do Amor; Lagoa I; Lagoa II; Lameirão; Mestre Antônio; Ponte I; Ponte II; Sobradinho; Trilo; Vila dos Cacos; e Vila Nova.

Gomes, Vieira Neto e Muniz (2007, p. 42) afirmam que “os Tapeba têm como principais atividades de subsistência o cultivo [...] de grãos e raízes [...] coletam frutos de época, também é comum a caça, a pesca e coleta de crustáceos”.

Utilizam elementos da natureza para confeccionar artesanatos e adornos. Como religião, “celebram sua dança do Torém que não é a mesma do toré das outras etnias do Nordeste” (PHILLIPS, 2014a, online).

Conforme Gomes, Vieira Neto e Muniz (2007, p. 43):

Entre as principais organizações das comunidades Tapeba, citamos a Associação das Comunidades dos índios Tapeba de Caucaia-ACITA, responsável por conduzir a luta política e mobilizar internamente as aldeias; a Associação dos Professores Indígenas Tapeba - APROINT e a Associação Indígena Tapeba de Cultura e Esporte - AINTACE.

Esses povos têm um calendário anual bem diversificado e muito movimentado, passando por comemorações culturais, étnicas, esportivas, entre outras. Possuem também uma escola diferenciada, postos de saúde em quase todas as comunidades, resultados de suas lutas e resistências.

### ***3.1.11 Tapuya-Kariri***

De acordo com Phillips (2014b), os Tapuya-Kariri estão nos municípios de Carnaubal e São Benedito, e observam o Toré e outros rituais. Como atividades de subsistência, cultivam rosas e morangos.

### ***3.1.12 Tremembé***

Estão nos municípios de Acaraú, Itarema e Itapipoca, em 23 comunidades. Em Acaraú: Telhas e Queimadas; em Itarema: Almofala - Barro Vermelho, Lameirão, Panã, Praia, Gamboa da Lama, Mangue Alto, Aningas do Mulato, Cabeça do Boi, Passagem Rasa, Curral do Peixe, Urubu e Boa Vista; em Varjota - Tapera, Batedeira, Praia do Caboré e Camondongo; em Córrego João Pereira - São José, Capim Açú e Cajazeiras; e em Itapipoca: São José e Buriti.

Segundo Gomes, Vieira Neto e Muniz (2007), eles praticam o Torém, possuem um Centro de Arte Tremembé, pois são ótimos artesãos, e estão politicamente organizados através do CITA (Conselho Indígena Tremembé de Almofala).

### **3.1.13 Tubiba-Tapuya**

Gomes, Vieira Neto e Muniz (2007) afirmam que esses povos vivem em Monsenhor Tabosa, na comunidade Pau-Ferro, e não possuem uma escola diferenciada, mas já têm uma pedagogia diferenciada. Reúnem-se uma vez por mês para garantir a luta pelos seus direitos e estão congregados na Associação Indígena Tubiba-Tapuya de Pau-Ferro.

### **3.1.14 Tupinambá**

De acordo com Gomes, Vieira Neto e Muniz (2007, p. 52), “o povo Tupinambá vive nas periferias da cidade de Crateús”. “Viviam da caça, coleta, pesca, além de praticarem a agricultura, sobretudo de tubérculos, como a mandioca e a horticultura”. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2019, online).

## **3.2 Registro e memória da história indígena cearense**

O registro das memórias de um povo, de alguém ou de alguma coisa torna possível o conhecimento de sua trajetória ao longo da história da humanidade. Para tanto, faz-se necessária a utilização de suportes, sejam eles físicos ou digitais, bem como a prática da tradição oral, para que se concretize o registro de tais memórias. Desse modo,

“[...] desde a mais alta Antigüidade, o homem demonstrou a necessidade de conservar sua própria ‘memória’ inicialmente sob a forma oral, depois sob a forma de graffiti e desenhos e, enfim, graças a um sistema codificado... A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria – ao menos sob a forma que nós conhecemos – sem o ADN, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros ‘arquivos’. (LODOLINI, 1990, citado por JARDIM, 1995, p. 04).

O arquivo como guarda da memória social de um grupo se faz necessário para preservação da história, bem como serve de apoio para alicerçar estudos ou descobertas científicas, contribuindo, assim, para a evolução da ciência. Merlo e Konrad (2015, p. 34) afirmam que:

Sucintamente compreende-se que a memória é representada por meio de registros de informação, qualquer que seja o suporte em que está contida e que seja passível de recuperação (acesso); aos fatos ou às ações registradas se atribui um significado o qual constitui a memória desses acontecimentos.

O acesso a um conhecimento registrado é tão importante quanto a preservação do seu suporte, pois de que serviria um documento sem que se possa acessá-lo? As informações desses documentos ficariam retidas e exerceriam sua função principal, que é dotar os usuários de certo conhecimento, tendo em vista que:

a necessidade de possibilitar o acesso a esses registros no decorrer do tempo levou à criação das chamadas instituições de memória, que deveriam preservar os registros do conhecimento humano nas suas mais diversas formas de materialização. (MANINI *et al.*, 2016, p. 05).

O acesso a um registro, seja para fins de pesquisa ou em nível de conhecimento da sociedade civil, tem que estar disponível a qualquer tempo e momento em que for requisitado. Nesse sentido, Merlo e Konrad (2015, p. 27) questionam: “mas, o que seria de uma sociedade, hoje, sem seus documentos? Os documentos são a essência de uma organização, a memória de uma sociedade”. Além disso,

[...] a função social da memória na construção e transmissão do conhecimento parece extemporânea. O mesmo poderia ser dito de arquivos, bibliotecas e museus, as chamadas instituições de memória, socialmente legitimadas e compreendidas como espaços dedicados ao passado. (MANINI *et al.*, 2016, p. 6).

Contribuir para a construção e a transmissão do conhecimento é uma atitude que consolida a preservação da história e da memória, que perpassam o espaço/tempo de determinado momento vivido. Dessa construção, fazem parte diretamente os museus, bibliotecas e arquivos, locais de guarda de documento, objetos e tudo que possa fundamentar a história escrita ou oral.

Os povos indígenas cearenses passaram de um povo extinto para um povo protagonista de sua história, com organizações por meio de associações visando a uma comunicação melhor, bem como a uma articulação bem alinhada com todas as etnias do estado. O Movimento Indígena Cearense tem se articulado com instituições e pesquisadores para criarem espaços de registro de suas memórias, e com objeto e tradição oral essas histórias vêm sendo registradas. Para Almeida (2012, p. 36),

É instigante, no entanto, vê-los também reaparecer, de certa forma, não só nas histórias que vêm sendo reconstruídas, como também nas memórias de seus descendentes. [...] A história oral ainda pode ter muito a revelar sobre a memória dos antigos aldeamentos.

De acordo com Gomes e Vieira Neto (2009), no Ceará, desde 2009, vêm sendo desenvolvidos projetos em parceria com historiadores e a Secretaria de Cultura (SECULT) para a preservação da memória indígena. Fruto dessa parceria são os museus que foram

criados, dentre eles a Oca da Memória, museu indígena dos Tapeba e Kalabaça. Quanto a isso:

Atualmente três museus indígenas estão em funcionamento no Estado: o **Memorial Cacique-Perna-de-Pau**, construído pelos Tapeba, em Caucaia, no ano de 2005; a **Oca da Memória**, organizada pelos Kalabaça e Tabajara, em Poranga, em meados de 2008; e o **Museu dos Kanindé**, em Aratuba, organizado pelo Cacique Sotero e aberto ao público a partir de 1995. Existem ainda três centros culturais de outros grupos: a **Abanaroca** (Casa do Índio) dos Potyguara/Gavião/Tabajara/Tubiba-Tapuia, em Monsenhor Tabosa; a **Casa de Apoio dos Pitaguary**, em Mônica (Pacatuba); e a primeira sede da **Escola Maria Venâncio**, em Almofala (Itarema). Cada um destes espaços atua com funções específicas, de acordo com a organização de cada povo. (GOMES; VIEIRA NETO, 2009, p. 19, grifo dos autores).

De acordo com Abreu (2007, citado por GOMES; VIEIRA NETO, 2009), os museus construídos para relatar a cultura indígena deveriam privilegiar informações sobre os graves problemas sociais que a envolviam e o fato de os índios não terem a propriedade de suas terras asseguradas. A abordagem deveria ser nesta perspectiva, e não mais sob a óptica de seres exóticos. Os objetos indígenas passariam a relatar os problemas que eles se defrontaram e as necessidades de subsistência em florestas tropicais ou em regiões áridas.

Os índios cearenses passaram de uma condição de quase extintos para protagonistas de sua história, tanto pelas lutas por meio de movimentos e associações indígenas, como por meio dos museus, com a exposição de objetos que retratam a sua cultura e contam histórias da trajetória de resistência que eles têm vivido diariamente.

Para os museus se tornarem realidade, foi necessário rememorar os antigos guardiões de uma memória silenciada. Também foram realizados estudos históricos, museológicos e desenvolvidos diagnósticos participativos em comunidades indígenas.

Segundo Gomes e Vieira Neto (2009, p. 53), a proposta de estruturação museológica visa à organização de “espaços constitutivos, serviços e infra-estrutura mínima para o funcionamento adequado de unidades museológicas”. A organização e estruturação destes equipamentos dependem de alguns procedimentos apontados por Gomes e Vieira Neto (2009), elencados nas próximas subseções.

### ***3.2.1 Salvaguarda***

Que visa à preservação dos acervos por meio da coleta ou campanha de doações de objetos. A documentação que é o registro em livro de tombo e na ficha de inventário de todos os objetos, e a organização da reserva técnica.

### ***3.2.2 Gestão museológica***

É composta por um núcleo gestor, ou seja, a equipe técnica e um núcleo pedagógico que elaboram o plano político e museológico, que, por sua vez, são compostos por uma equipe multidisciplinar.

### ***3.2.3 Vinculação do museu a uma tutela administrativa***

Gomes e Vieira Neto (2009, p. 58) afirmam que [...] “é preciso vinculá-lo a uma tutela administrativa”, que fica a cargo de associações formalizadas por cada etnia; com isso, passam a utilizar um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e podem concorrer a editais de licitação.

### ***3.2.4 Comunicação***

Tem por objetivos a criação de um núcleo educativo, organizações das exposições, capacitação do quadro de funcionários, pesquisas em história local e o plano de divulgação e criação de centros de documentação indígena.

### ***3.2.5 Infraestrutura***

Consiste em definir a sede do museu, a reestruturação física e o projeto de iluminação.

Recentemente, os povos indígenas ganharam mais um instrumento na luta pela afirmação de sua existência e resistência no Ceará e para a preservação de sua memória: o acervo que outrora estava sob a tutela do CDPDH e hoje se encontra sob a tutela do NUDOC, com material tratado, higienizado e disponível online.



## 4 O ACERVO INDÍGENA

Para o desenvolvimento das seções teóricas desta pesquisa, foi realizada uma revisão bibliográfica, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2012, p. 43-44), “Trata-se de levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita”. Do ponto de vista dos objetivos, configura-se como descritiva, a fim de nos aprofundarmos nos temas discutidos, sob uma abordagem qualitativa. A técnica de investigação para a produção do tesouro foi a análise de conteúdo, contemplada nesta seção.

O tipo de análise adotada para a organização foi a classificação e agregação, pois compreende a escolha das categorias, o que a configura como qualitativa e categorial, segundo Bardin (2011, citada por CAVATI SOBRINHO; FUJITA; MORAIS, 2017, p. 264).

A técnica de análise de conteúdo adotada foi categorial, pois promove o alcance e a compreensão dos significados e consiste em operações de desmembramento de textos em unidades, isto é, em categorias. Quanto ao processo de explicitação, sistematização e expressão do conteúdo de mensagens do processo de construção do tesouro, foi realizado de acordo com as etapas seguintes:

- a) **Pré-análise:** Escolha do tema, delimitação do domínio e subdomínio;
- b) **Exploração do material:** Coleta, classificação e a verificação dos termos;
- c) **Tratamento dos resultados obtidos e interpretação:** Inserção dos termos na ferramenta TemaTres, que é um software para construção de tesouro.

Estas etapas são apontadas por Bardin (2011, citada por CAVATI SOBRINHO; FUJITA; MORAIS, 2017) como o conjunto de categorias, das quais citaremos as principais para esta pesquisa:

- **A exclusão mútua:** (...) cada elemento não pode existir em mais de uma divisão;
- **A homogeneidade:** Um único princípio de exclusão mútua depende da homogeneidade das categorias. um único princípio de classificação deve governar a sua organização. Num mesmo conjunto categorial só pode funcionar com um registro e com uma dimensão da análise. Diferentes níveis de análise devem ser separados em outras tantas análises sucessivas.
- **A objetividade e a fidelidade:** As diferentes partes de um mesmo material, ao qual se aplica a mesma grade categorial, devem ser codificadas da mesma maneira, mesmo quando submetida a várias análises.
- **A produtividade:** Um conjunto de categorias é produtivo se fornece resultados férteis: em índices de inferências, em hipóteses novas e em dados exatos (BARDIN, 2011, p. 150, citada por CAVATI SOBRINHO; FUJITA; MORAIS, 2017, p. 265).

Contempladas essas etapas, passamos para a utilização do TemaTres, onde foram estabelecidas as relações entre os termos.

Esta proposta de tesouro indígena para o CDPDH foi desenvolvida em parceria com a discente Raquel Ellen Simões Ferreira, utilizando, inicialmente, o modelo de Cervantes (2009) durante a disciplina Linguagem Documentária, Representação e Comunicação da Informação, do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UFC, onde participamos como aluna especial visando ao aprofundamento sobre o tema a partir dessa disciplina do mestrado.

#### **4.1 Descrição do acervo**

De acordo com o projeto intitulado “Por uma história dos excluídos: salvaguarda e tratamento do acervo documental do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos/CDPDH da Arquidiocese de Fortaleza”, de autoria do Professor Doutor Mário Martins Viana, do Departamento de História da UFC, submetido à Pró-Reitoria de Extensão (PREX), no ano de 2017, os documentos originaram-se a partir de uma organização de movimentos e associações na década de 1980, que, posteriormente, tiveram o apoio do CDPDH, um centro que faz parte da Igreja Católica e que surgiu em 1982, por decisão da assembleia pastoral da Arquidiocese de Fortaleza.

Um campo indígena composto pela Igreja Católica de Fortaleza, ONGs, universidades, grupos de pesquisa, estado etc., no qual atuavam estudantes, militantes, historiadores, advogados e outros profissionais, articulou-se com o objetivo de reivindicar os direitos dos povos indígenas, ao mesmo tempo em que o movimento indígena adquire relevância no Ceará através da luta dos Tapeba, seguidos dos Tremembé, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé. Essas experiências foram registradas de diferentes formas, e tais documentos passaram a fazer parte do acervo documental do CDPDH, sendo acumulados durante as três décadas posteriores a 1980, fruto de assembleias, reuniões e representações junto à Assembleia Legislativa do Estado.

A Pastoral Indigenista, simbolizada pelo cardeal Dom Aloísio Lorscheider (1924-2007), teve um papel fundamental no fortalecimento destas primeiras mobilizações por reconhecimento étnico no Ceará. Este breve histórico permite observar como o acervo é constituído por fontes importantíssimas para a construção e compreensão de uma história social dos excluídos no território cearense, pois testemunha um valioso momento na história das lutas sociais no Ceará.

O acervo é composto por recortes de jornais, cartas, mapas, folders, cartazes, fotografias, documentação contábil e administrativo-financeira, ofícios, atas de reunião,

panfletos, gravações em áudio e vídeo (VHS e cassete), relatórios, cadernos, livros, entre outros documentos. No entanto, tal documentação não recebeu a atenção necessária, não por desinteresse dos tutores indígenas, mas pela falta de recursos materiais para uma conservação adequada. Em função disso, no ano de 2013, o acervo passou por um deslocamento, da sede atual do CDPDH, em Fortaleza, para a casa comunitária do povo Pitaguary, em Monguba (município de Pacatuba), com a intenção de realizar um tratamento técnico para salvaguardar o conjunto documental. Todavia, o pouco espaço físico e a ausência de recursos financeiros e de profissionais qualificados inviabilizaram as atividades.

Em 2016, o projeto Historiando, em parceria com a Rede Cearense de Museus Comunitários, mediu o processo de doação deste acervo para a UFC, que foi acolhido, inicialmente, pelo COMTER e posteriormente ficará sob a guarda do NUDOC, ambos vinculados ao Departamento de História da UFC.

A realização da parceria com o COMTER/UFC favoreceu o tratamento técnico do acervo, a melhora no acondicionamento, o retardo da degradação dos documentos, bem como resolveu o problema da falta de espaço físico e facilitou a disposição deste acervo por categorias em um Drive.

O projeto de tratamento e salvaguarda do acervo físico foi dividido em três etapas, a saber:

1. **Separação, higienização e identificação** (observando os princípios da Arquivologia: unicidade, organicidade e proveniência);
2. **Descrição** (fundo, subfundo, série, subsérie) e **catalogação**;
3. **Digitalização** e disponibilização dos documentos por categorias em um Drive.

Para iniciarmos as atividades no projeto, passamos por processo de seleção de bolsistas, e posteriormente participamos de um minicurso sobre tratamento preventivo e curativo de acervo documental, que foi ministrado pelo técnico em conservação do Laboratório de Conservação e Restauro (LACOR) da UFC, Roberto Moreira Chaves.

Passadas as três etapas que compunham o projeto de salvaguarda do acervo indigenista, este passou a conter 41 caixas de documentos tratados em sua forma física e 1,8 GB em sua forma digital.

Depois dos documentos tratados, observamos que eles foram disponibilizados online com a identificação arquivística, o que desfavorece a pesquisa por parte dos usuários, mesmo com o tutorial de acesso que o acompanha.

## 4.2 Proposta de uma Linguagem Documentária indigenista multilíngue

Diante do exposto, observamos a necessidade de propor uma linguagem documentária para que o usuário encontre com agilidade a informação que busca e, assim, satisfazer à sua necessidade informacional.

Visando chegar a uma linguagem documentária, apoiamo-nos no conceito de linguagem segundo McGarry (1999, citado por CAVATI SOBRINHO; MORAES; FUJITA, 2012, p. 61): “[...] “é o veículo fundamental da comunicação humana, portanto, é o veículo fundamental para a realização do fluxo da informação em todas as suas fases”. E na definição de Lousada (2016, p. 119):

A linguagem pode ser considerada o início da mediação, haja vista que as relações entre as pessoas se organizam por meio delas, dando-lhes sentido e permitindo representar, simbolicamente, o real que é percebido; constitui-se, na medida em que os seus praticantes fazem uso próprio da norma coletiva e da cultura em que emerge o dispositivo linguístico. A língua ou linguagem possibilita nomear e representar, por intermédio de símbolos ou códigos linguísticos comuns, os objetos captados por percepções singulares, os quais são socialmente determinados e delineiam as mediações que ocorrem por meio de construções coletivas e são utilizadas para expressão individual.

Através da linguagem, que é um canal que liga a informação ao usuário, podemos realizar mediações, que possibilitam ao usuário fazer interpretações e seleções que atendam à sua necessidade informacional. Para tanto, faz-se uso de um sistema documentário para que a informação seja representada de forma adequada e, assim, a busca seja eficiente.

No caso dos sistemas documentários, baseados na descrição e representação do conteúdo dos documentos, a eficiência deve ser observada do ponto de vista comunicacional, uma vez que a interação entre o usuário e o sistema depende fundamentalmente do grau de interseção entre a linguagem do usuário e a linguagem do sistema. (FUJINO, 2007, p. 232).

A comunicação entre o sistema de informação e usuário refere-se à mediação desenvolvida pelo profissional da informação, por meio da sua organização e tratamento, para que ela esteja disponível para uso. De acordo com Fujino (2007, p. 233),

Como uma das funções da linguagem documentária é propiciar a mediação para o conhecimento, o vocabulário utilizado na construção das linguagens depende do tipo de usuário considerado pelo Sistema Documentário, de forma a realizar a ponte entre os dois tipos de léxico: do produtor e do usuário.

Corroborando com Fujino (2007), a construção de uma linguagem documentária para o acervo indígena do CDPDH visa atender a usuários que utilizam a Língua Portuguesa e

a Língua Indígena. Nesse sentido, essa construção deu-se com base nas etapas de construção de tesouro, compilado pela professora Cervantes (2009). Após a coleta, classificação e verificação dos termos, eles foram inseridos na ferramenta TemaTres, o que nos permitiu estabelecer as relações entre os termos e a tradução para outros idiomas.

A partir de Cervantes (2009), apresentamos, no quadro a seguir, uma síntese das etapas de construção de tesouros segundo alguns autores:

**Quadro 2 - Síntese das etapas de construção de tesouros segundo autores.**

<b>CATEGORIAS TEMÁTICAS</b>	<b>AUTORES</b>
<b>1) Fase do planejamento tipo de usuário, suas necessidades;</b> abrangência e nível de especificidade do tesouro; identificações de fontes de procedimentos e de coleta de termos.	Batty (1989) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])
<b>2) Formas/métodos de Compilação de termos</b> Dedutivo Indutivo Combinação de Métodos (Dedutivo/Indutivo)	Aitchison; Gilchrist(1979) Lancaster (1987) Batty (1989) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])
<b>3) Compilação de termos</b> a) coleta - registro e seleção dos termos compilados e b) validação – registro do vocabulário básico; coleta e validação de termos.	Aitchison; Gilchrist (1979) Lancaster (1987) Batty (1989) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])
<b>4) Estabelecimento de relações entre termos/ Categorização</b> Estruturação de conceitos com controle terminológico dos termos; ordenação dos termos; estabelecimento de categorias elementares; organização dos termos básicos em categorias (critério a afinidade semântica); definição de subcategorias; estabelecimento de relações entre termos.	Aitchison; Gilchrist (1979) Lancaster (1987) Batty (1989) Gomes (1990) Fujita (1992) Fujita (1998) Gomes ([2004])
<b>5) Especificidade</b> Estabelecimento de limites de especificação/ dependendo da complexidade do vocabulário.	Lancaster (1987) Gomes (1990) Gomes ([2004])
<b>6) Uso de equipamento informático para processamento de dados</b> Estruturação automática das partes alfabética e sistemática do tesouro (etapa 7); produção de uma estrutura final (etapa 7)	Lancaster (1987) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])
<b>7) Formas de Apresentação</b> Alfabética; sistemática; alfabética/classificada; facetada. Estruturação automática das partes alfabética e sistemática do tesouro; produção de uma estrutura final	Lancaster (1987) Gomes (1990) Fujita (1992) Gomes ([2004])

**Fonte:** Cervantes (2009, p. 113).

As etapas para a construção do tesouro para o acervo indígena foram desenvolvidas durante a disciplina de Linguagem Documentária, Representação e Comunicação da Informação, ministrada pelo Professor Dr. Helionar Cavati Sobrinho no mestrado em Ciência da Informação, da qual participamos na modalidade de aluno especial.

Começamos pela delimitação do tema, do domínio e do subdomínio, quais sejam: Acervo Indígena do CDPDH; Índios do Ceará; Educação Indígena Cearense, respectivamente.

Feito isso, passamos para a escolha dos documentos, consultamos o acervo online e escolhemos quatro documentos, a saber: Carta circular às organizações indígenas (1992); Carta à Secretaria de Educação do Município de Caucaia (1994); Convite povo Pitaguary (1999); e Escolas indígenas no Ceará (2000). Posterior à escolha dos documentos, foi feita a coleta dos termos, a classificação e verificação, o que nos deu a garantia linguística dos termos que foram trabalhados.

#### ***4.2.1 Etapa A: Delimitação do subdomínio***

Esta etapa corresponde ao “trabalho preliminar” do quadro 8 de Cervantes (2009), que consiste na “escolha do domínio e da língua do tesouro; delimitação do subdomínio; estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática; consulta a especialista do domínio/subdomínio”. Para descrever e conceituar as fases, recorreremos ao quadro 5: “Descrição das etapas de construção de tesouros” e ao quadro 4: “Sistematização de etapas da construção de tesouros” da tese de Cavati Sobrinho (2014), citando Cervantes (2009).

Ao contextualizarmos um domínio específico, é importante ter em mente a seguinte recomendação:

Recomenda-se não desenvolver uma pesquisa terminológica sobre um domínio completo: por um lado, devido à complexidade e amplitude que supõe uma tal tarefa; e, por outro lado, porque em grande parte do tempo, um domínio compreende não somente uma rede nocional que lhe é própria, mas também numerosas redes nocionais conexas. (RONDEAU, 1984, citado por CERVANTES, 2009, p. 147-149).

Como parâmetros de delimitação do domínio e subdomínio, escolhemos o acervo documental indígena do CDPDH, e o subdomínio trabalhado foi a educação indígena.

Os documentos utilizados podem ser encontrados na plataforma que é de propriedade do COMTER/CDPDH, do Departamento de História da UFC, disponível no seguinte endereço eletrônico: <https://bit.ly/2YFk2D8>.

#### ***4.2.2 Etapa B: Estabelecimento dos limites da pesquisa terminológica temática e coleta do corpus do trabalho terminológico***

Esta etapa corresponde à coleta dos termos, que tem como finalidade:

A etapa da coleta do corpus do trabalho terminológico tem a finalidade de reunir os documentos especializados necessários para o desenvolvimento da pesquisa

terminológica. Rondeau (1984, p. 50-51) estabelece oito categorias de documentos de conteúdo terminológico, ou seja, nos quais se encontram termos: 1) normas internacionais ou nacionais; 2) manuais, catálogos, guias de utilização de produtos, entre outros; 3) livros e revistas especializados; anais de eventos científicos, relatórios de pesquisa, teses, entre outros; 4) vocabulários, thesaurus, glossários, léxicos; 5) dicionários gerais e especializados, de língua ou enciclopédicos, enciclopédias, entre outros; 6) bancos de termos, fichários automatizados ou não; 7) consulta a especialistas da área; 8) bibliografias ou listas relacionadas com o domínio. Os materiais utilizados como fontes que dão origem ao corpus do trabalho terminológico devem respeitar os princípios da atividade terminológica no que tange à confiabilidade e à representatividade. (RONDEAU, 1984, citado por CERVANTES, 2009, p. 147-149).

Com o *corpus* do trabalho já definido, Cervantes (2009) recomenda que a coleta dos termos seja efetuada a partir destes, fazendo a leitura dos textos e assinalando as unidades terminológicas a serem extraídas. Faz-se necessário, então, que o pesquisador tenha um conhecimento tanto metodológico do trabalho terminológico quanto sobre o domínio e o subdomínio.

De acordo com a norma ISO 1087-1 (2000), que estabelece os critérios para a coleta dos termos e recorte do contexto de uso, o contexto é o “enunciado no qual figura o termo estudado” ou parte de um texto no qual ocorre o termo. Nesse sentido, o contexto tem um papel fundamental nas operações de coleta dos termos porque permite reduzir os riscos de erros no momento da sua identificação e recorte. (RONDEAU, 1984, citado por CERVANTES, 2009, p. 147-149).

De acordo com Cervantes (2009), “O limite da extensão da pesquisa terminológica, quanto ao número aproximado de termos, é estabelecido em função dos objetivos propostos, da disponibilidade de tempo e de meios financeiros”.

Assim sendo, esta etapa corresponde à compilação dos termos extraídos dos três documentos selecionados, na qual estabelecemos obter entre 150 e 200 termos. A coleta dos termos resultou na elaboração do APÊNDICE A, com 130 termos da área, conforme exemplo no quadro 3, a seguir:

**Quadro 3 - Termos coletados.**

<b>Número</b>	<b>Termos</b>	<b>Quant.</b>	<b>Doc.</b>
1	Secretaria de Educação	1	A
2	Caucaia	1	A
24	Organizações indígenas	1	B
25	Ministério da Educação	1	B

48	Costumes	1	C
49	Cultura	1	C
57	Comunidades Indígenas	1	D
58	Alunos	1	D

**Fonte:** Elaborado pela autora (2019).

#### **4.2.3 Etapa C: Classificação, verificação e confirmação dos termos**

Esta etapa corresponde a dois momentos definidos por Cervantes (2009): classificação e verificação. A classificação consiste em ordenar os termos coletados em ordem alfabética, sendo possível, então, identificar a ocorrência destes termos nos textos:

as operações da etapa anterior (item 8 – coleta e classificação de termos) levam a uma classificação provisória dos termos e a uma exploração sumária das noções que eles representam. Nessa etapa, cada noção é retomada com o objetivo de ser analisada. Essa análise refere-se: a) ao seu conteúdo através de comparações entre as definições e os contextos; b) ao seu lugar na rede nocional do domínio ou do subdomínio. Destaca-se que as operações realizadas nessa etapa levam a um resultado triplo: a) delimitação mais precisa do termo com as referências dos documentos sobre os quais se embasou para esta delimitação; b) classificação definitiva dos termos; c) agrupamento dos sinônimos. (RONDEAU, 1984, citado por CERVANTES, 2009, p. 147-149).

Após essa classificação é feita a verificação, onde os termos são comparados com os termos de um dicionário pertinente. Para esta etapa, utilizamos o Dicionário Online de Português. A partir disso, construímos os APÊNDICES B e C, exemplificados nos quadros que se seguem:

**Quadro 4 - Classificação dos termos coletados.**

<b>Número</b>	<b>Termos</b>	<b>Quant.</b>	<b>Doc.</b>
122	Acervo documental	1	D
21	Agentes de educação	1	A
110	Agentes pastorais	1	D
58	Alunos	1	D
63	Alunos	1	D



80	Alunos	1	D
16	Aprendizagem	1	A
45	Arquidiocese de Fortaleza	1	C

**Fonte:** Elaborado pela autora (2019).

**Quadro 5 - Verificação dos termos coletados.**

Número	Termos	Quant.	Doc	Número
122	Acervo documental	1	D	1
21	Agentes de educação	1	A	1
110	Agentes pastorais	1	D	1
58	Alunos	1	D	1
3	Comunidade Tapeba	1	A	0
118	Didaticopedagógica	1	D	0
101	Escolas Diferenciadas	1	D	0
108	Etnoeducação	1	D	0

**Fonte:** Elaborado pela autora (2019).

Legenda: Quant.: 1 - Possui; 0 - Não possui; A: Carta à Secretária de Educação do município de Caucaia (1994); B: Carta circular as organizações indígenas (1992); C: Convite povo Pitaguary (1999); D: Escolas indígenas no Ceará (2000).

#### **4.2.4 Etapa D: Forma de apresentação do tesouro**

Esta etapa, segundo Cervantes (2009, p. 151), refere-se à:

[...] apresentação da ficha terminológica padrão que consiste em um conjunto de informações sobre os termos próprios de um determinado domínio. A começar da ficha terminológica padrão, devidamente preenchida, é possível partir para a construção de instrumentos terminológicos como glossários especializados e técnicos, ainda, tesouros terminológicos documentários.

Apoiando-se nessas orientações, conseguimos relacionar os termos coletados, desenvolvendo, então, o tesouro final, apresentado no APÊNDICE D.

Para o desenvolvimento das etapas anteriores, foram coletados 130 termos para inserção na planilha. Na fase da verificação, ficaram 120 termos, que permaneceram após a classificação.

A fase seguinte foi a inserção dos termos na ferramenta TemaTres, para estabelecermos as relações hierárquicas entre os termos e a sua equivalência com outros idiomas, a fim de torná-lo multilíngue.

### **4.3 Aplicação no TemaTres**

De acordo com o site do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), o TemaTres é um software que permite gerenciar, publicar, compartilhar e reutilizar ontologias, taxonomias, tesouros e listas de valores. Observamos que, dentre as funcionalidades da ferramenta, ela permite editar termos, caso haja alguma inconsistência, estabelecer relações, editá-las ou excluí-las.

Para a utilização do TemaTres, inserimos os 120 termos que foram coletados, classificados e verificados previamente, para serem feitas as relações hierárquicas. Após a inserção dos termos, a ferramenta excluiu automaticamente termos repetidos, o que nos deixou com 115 termos.

Posterior à inserção, estabelecemos as relações hierárquicas, e os termos que não tinham relações foram excluídos, mas também tínhamos a opção de deixá-los como termo livre. Desse modo, finalizamos o tesouro indígena com 107 termos relacionados entre si, com: Termo Geral - TG; Termo Específico - TE; Usado para - UP; Use - USE; Termo relacionado - TR.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escolha do acervo indígena como objeto desta pesquisa deu-se pela relevância da documentação para a história indígena do Ceará, pois resgata parte da memória dos índios cearenses e serve de suporte para pesquisas na área, o que contribui para a afirmação da existência dos povos indígenas no estado.

A partir do trabalho desenvolvido na documentação, com o intuito de preservar o material, foram realizadas intervenções em uma abordagem preventiva, visando retardar os danos causados pelo tempo, assim como pela falta de tratamento técnico adequado.

Com a conclusão do tratamento técnico, os documentos foram digitalizados e disponibilizados em uma plataforma online a fim de que todos os pesquisadores e interessados pela documentação possam ter acesso de forma rápida e sem causar danos ao acervo.

Observamos a necessidade da mediação da informação, o que ocorreu de forma implícita no decorrer do tratamento técnico e de forma explícita quando alguns pesquisadores recorreram à documentação física com a finalidade de identificar alguns índios em registros fotográficos, ainda na fase de identificação do material.

A mediação da informação no acervo digital estaria contemplada em toda a sua plenitude, implícita e explicitamente, não fosse a forma de apresentação dos documentos comprometer a sua recuperação eficaz, pois ainda estão com a nomenclatura que outrora fora trabalhada no processamento técnico e que, mesmo com um guia autoexplicativo que o acompanha, não garante a sua encontrabilidade.

A fim de deixar os documentos acessíveis, de fácil recuperação, para poupar o tempo do leitor e realizar uma mediação eficaz, sugerimos uma linguagem documentária de acordo com o Modelo Metodológico Integrado para a construção de Tesouro, proposto por Cervantes (2009), que se trata de um método dividido em oito categorias destinadas a realizar o processo de construção de um tesouro.

Algo inovador para a construção deste tesouro indígena foi o uso da ferramenta TemaTres, pois nos permitiu construir uma linguagem documentária de forma automatizada que possibilitará torná-la multilíngue, ou seja, as relações entre os termos foram estabelecidas com as opções que a ferramenta oferece em língua portuguesa, idioma que foi adotado na documentação trabalhada. Contudo, existe a opção de traduzir para outros idiomas, inclusive os idiomas indígenas, além do espanhol e inglês.

Com essa proposta de linguagem documentária, esperamos que a mediação da informação do acervo, seja implícita ou explícita, alcance os mais diversos tipos de usuários, pois não mais será apresentada uma linguagem técnica, mas sim uma linguagem controlada, o que facilitará o momento da pesquisa e contemplará a língua materna dos personagens principais deste objeto de estudo, a saber, os povos indígenas do estado do Ceará.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Larisse Macêdo de; FARIAS, Gabriela Belmont de; FARIAS, Maria Giovanna Guedes. Competências do bibliotecário: o exercício da mediação implícita e explícita na biblioteca universitária. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 431-448, maio/ago. 2018. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8336>. Acesso em: 23 fev. 2019.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 21-39, dez. 2012. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/39>. Acesso em: 27 out. 2018.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 89-103, jan./dez. 2009. Disponível em: [http://www.brapci.inf.br/\\_repositorio/2010/01/pdf\\_9aa58ba510\\_0007871.pdf](http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/01/pdf_9aa58ba510_0007871.pdf). Acesso em: 12. fev. 2019.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; BORTOLIN, Sueli. Mediação da informação e da leitura. In: Seminário em Ciência da Informação, 2., 2007, Londrina. **Anais eletrônicos** [...]. Londrina, 2007. p. 1-13. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/13269/>. Acesso em: 17 fev. 2019.
- ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de; SANTOS NETO, João Arlindo dos. Mediação da informação e a organização do conhecimento: interrelações. **Informação & Informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 98-116, maio/ago. 2014. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/pdf\\_25](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/16716/pdf_25). Acesso em: 08 jan. 2019.
- ARQUIDIOCESE DE FORTALEZA. Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos - CDPDH. Disponível em: <http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/arquidiocese/organismos/centro-de-defesa-e-promocao-dos-direitos-humanos-cdpdh/>. Acesso em: 16. mar. 2019.
- BASTOS, Cleverson Leite; KELLER, Vicente. **Aprendendo a aprender**: introdução à metodologia científica. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. **Linguagem jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BRISSAC, Sérgio Góes Telles; NÓBREGA, Luciana Moreira. Benzedeiras Anacé: a relevância dos ritos de cura na emergência étnica de um povo indígena do Ceará. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 27., 2010, Belém. **Trabalho apresentado** [...]. Belém, 2010. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/97377567/Benzedeiras-Anace>. Acesso em: 04 nov. 2018.
- CAVATI SOBRINHO, Heliomar. **A representação documentária do domínio da Economia**: análise de estruturas de representação em linguagens documentárias e documentos específicos de Economia. Orientadora: Mariângela Spotti Fujita. 2014. 147 f. Tese (Doutorado em

Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cavati\\_sobrinho\\_h\\_do\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cavati_sobrinho_h_do_mar.pdf). Acesso em: 27 out. 2018.

CAVATI SOBRINHO, Heliomar; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes; MORAIS, Natanna Santana de. A área de domínio no âmbito da disciplina de Linguagens Documentárias. *In*: CONGRESSO ISKO ESPANHA E PORTUGAL, 3.; CONGRESSO ISKO ESPANHA, 13., 2017, Coimbra. **Anais eletrônicos** [...]. Coimbra: International Society for Knowledge Organization, 2017. p. 261-269. Tema: Tendências atuais e perspectivas futuras em organização do conhecimento. Disponível em: [https://purl.org/sci/atas/comunicacoes/isko2017/isko2017\\_262\\_270.pdf](https://purl.org/sci/atas/comunicacoes/isko2017/isko2017_262_270.pdf). Acesso em: 27 out. 2018.

CAVATI SOBRINHO, Heliomar; MORAES, João Batista Ernesto de; FUJITA, Mariângela Spotti. A linguagem, o texto e o documento no contexto da Ciência da Informação. **Scire**, v. 18, n. 2, p. 135-141, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/180423>. Acesso em: 27 out. 2018.

CERVANTES, Brígida Maria Nogueira. **A construção de tesouros com a integração de procedimentos terminográficos**. Orientadora: Mariângela Spotti Fujita. 2009. 209 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009. Disponível em: [https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cervantes\\_bmn\\_do\\_mar.pdf](https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/cervantes_bmn_do_mar.pdf). Acesso em: 25 maio 2019.

GAMA, Fernando Alves; FERNEDA, Edberto. A mediação da informação nos arquivos permanentes: Serviços de referência arquivística no ambiente digital. **Informação & Informação**, Londrina, v. 15, n. 2, p. 148-169, jul./dez. 2010.

FUJINO, Asa. Gestão de serviços de informação no contexto da cooperação universidade-empresa: reflexões e perspectivas. *In*: GINEZ DE LARA, Marilda Lopes; FUJINO, Asa; NORONHA, Dayse Pires (org.). **Informação e Contemporaneidade**: perspectivas. Recife: Néctar, 2007. p. 224-251. Disponível em: <http://www2.eca.usp.br/nucleos/colabori/documentos/Infoeducacao.pdf>. Acesso em: 14 maio 2019.

GINEZ DE LARA, Marilda Lopes; SMIT, Johanna Wilhelmina (org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2010. Disponível em: <http://www.repositoriobib.ufc.br/000005/00000588.pdf>. Acesso em: 21 maio 2019.

GOMES, Alexandre Oliveira. **Aquilo é uma coisa de índio**: objetos, memória e etnicidade entre os Kanindé do Ceará. Orientador: Renato Monteiro Athias. 2012. 323 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19110>. Acesso em: 27 out. 2018.

GOMES, Alexandre Oliveira; VIEIRA, João Paulo. **Museus e memórias indígenas no Ceará**: uma proposta em construção. Fortaleza: SECULT, 2009.

GOMES, Alexandre Oliveira; VIEIRA, João Paulo; MUNIZ, Juliana. **Povos indígenas no Ceará: organização, memória e luta**. Fortaleza: Ribeiro's, 2007. Disponível em: <https://bit.ly/2S0dTid>. Acesso em: 04 nov. 2018.

GROGAN, Denis Joseph. **A prática do serviço de referência**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação. **Censo escolar**. Horizonte, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Grupo de Pesquisa sobre Tecnologias para Gestão da Informação. **TemaTres**. IBICT, Disponível em: [http://labcoat.ibict.br/portal/?page\\_id=238](http://labcoat.ibict.br/portal/?page_id=238). Acesso em: 26 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2003**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Território brasileiro e povoamento: história indígena: modos de vida dos Tupinambás ou Tupis**. 2019. Disponível em: <https://brasil500anos.ibge.gov.br/territorio-brasileiro-e-povoamento/historia-indigena/modos-de-vida-dos-tupinamba-ou-tupis.html>. Acesso em: 09 maio 2019.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/viewFile/439/397>. Acesso em: 02 set. 2018.

LIMA, Carmen Lúcia Silva. **Etnicidade indígena no contexto urbano: uma etnografia sobre os Kalabaça, Kariri, Potiguara, Tabajara e Tupinambá de Crateús**. Orientador: Ricardo Monteiro Athias. 2010. 271 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/903>. Acesso em: 10 nov. 2018.

LIMA, Felipe Alexandre de; MARQUESAN, Fábio Freitas Schilling. Terras indígenas no Ceará: uma história de lutas e resistência. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos**, Fortaleza, v. 7, n. 3, p. 488-509, set./dez. 2017. Disponível em: <https://rebela.emnuvens.com.br/pc/article/view/365>. Acesso em: 09 jun. 2019.

LOUSADA, Mariana. A mediação da informação e a arquivologia: aproximações teóricas. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 117-134, 2016. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/42621>. Acesso em: 14 maio 2019.

MANINI, Miriam Paula *et al.* Documentos audiovisuais, informação e memória: resultados da identificação de acervos fotográficos e filmicos em Brasília. *In: \_\_\_\_\_* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/4041/2367>. Acesso em: 17 nov. 2018

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Ana Amélia Lage. Mediação e bibliotecas públicas: uma perspectiva dialética. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, p.164-185, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v19nspe/13.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2019.

MERLO, Franciele; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 1, p. 26 - 42, jan./abr. 2015. Disponível em: [http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705/pdf\\_433](http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705/pdf_433). Acesso em: 02 set. 2018.

MONTEIRO, Silvana; CARELLI, Ana; PICKLER, Maria Elisa. Representação e memória no ciberespaço. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 115-123, set./dez. 2006. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/17257>. Acesso em: 08 jan. 2019.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado; PERUCCHI, Valmira. Universidades e a produção de patentes: tópicos de interesse para o estudioso da informação tecnológica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 15-36, 2014.

NEVES, Bárbara Coelho. Mediação da informação para agentes sociodigitais: o salto. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 40, n. 3, p. 413-424, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/20269>. Acesso em: 23 fev. 2019.

NUDOC. Arquivos. **Fundo Acervo CDPDH: Povos indígenas do Ceará**. Fortaleza, 2019. Disponível em: <http://www.nudochistoria.ufc.br/arquivos/fundo-acervo-cdpdh-povos-indigenas-do-ceara/>. Acesso em: 16 maio 2019.

ORTEGA, Cristina Dotta. Mediação da informação: do objeto ao documento. *In*: ENCUESTRO IBÉRICO EDICIC, 7., 2015, Madrid. **Anais eletrônicos** [...]. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2015. p. 01-15. Disponível em: <https://eprints.ucm.es/34512>. Acesso em: 18 jun. 2019.

PHILIPS, David J. **Tapeba**. *In*: INDÍGENAS DO BRASIL, 2014a. Disponível em: <https://brasil.antropos.org.uk/ethnic-profiles/profiles-t/198-264-tapeba.html>. Acesso em: 15 nov. 2018.

PHILIPS, David J. **Tapuya-Kariri**. *In*: INDÍGENAS DO BRASIL, 2014b. Disponível em: <https://brasil.antropos.org.uk/ethnic-profiles/profiles-t/264-267-tapuya.html>. Acesso em: 04 nov. 2018.

PRESERVAÇÃO do meio ambiente: manifesto do chefe de Seattle ao presidente dos EUA. São Paulo: Babel Cultural, 1987.

PRESSER, Nadi Helena; PAULA, Silvio Luiz de; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos; ARAÚJO, José Renato da Silva. Mediação da informação: uma análise das competências atitudinais requeridas do profissional de informação. **Ágora: Arquivologia em Debate**, Florianópolis, v. 25, n. 50, p. 172-190, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/47687>. Acesso em: 12 fev. 2019.



REDIGOLO, Franciele Marques; SILVA, Marli Vitor da. A representação temática como mediadora implícita da informação em bibliotecas universitárias. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 49-69, ago. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pcbib/article/view/40335>. Acesso em: 16 mar. 2019.

ROSAS, Anny Jacqueline Cysne. **Sustentabilidade da atividade produtora de água envasada em Fortaleza, CE**. 2008. 186 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

SANTOS NETO, João Arlindo dos. **Mediação implícita da informação no discurso dos bibliotecários da Biblioteca Central da Universidade de Londrina (UEL)**. 2014. 193 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/110288>. Acesso em: 23 fev. 2019.

SANTOS NETO, João Arlindo dos; ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 27, n. 2, p. 253-263, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/29249/pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.

SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; SILVA, Andréia Santos Ribeiro. A mediação da informação como prática pedagógica no contexto da biblioteca escolar: algumas considerações. **Biblioteca Escolar em Revista**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 2, p. 1-30, 2012.

SILVA, Ravena Sombra Martins da; CAVALCANTE, Carmen Luisa Chaves. A re-invenção cultural dos índios Tapebas por meio da inclusão digital. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32., [2009, Curitiba]. **Trabalhos apresentados [...]**. [Curitiba, 2009]. p. 1-12. Disponível em: <https://bit.ly/2LG43ko>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SISS, Ahyas. Afro-brasileiros e Educação Superior: notas para debates. *In*: COSTA, Hilton; PINHEL, André; SILVEIRA, Marcos Silva da (org.). **Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados**. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2012. p. 18-26.

SOUTO, Leonardo Fernandes. **Informação seletiva, mediação e tecnologia: a evolução dos serviços de disseminação seletiva de informações**. Rio de Janeiro: Interciência, 2010.

TARAPANOFF, K. Educação corporativa. *In*: CONGRESSO IBEROAMERICANO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO E INTELIGÊNCIA COMPETITIVA, 1., 2006, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: CIETEP, 2006. p. 59-70. Disponível em: <http://www.gecic.com.br>. Acesso em: 22 out. 2019.

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina Borges; ALARCON, Orestes Estevam. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do

conhecimento. **Ciências da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 172-178, 2004. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/index.php/ciinf/article/view/265/233>. Acesso em: 02 out. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: BU/UFC, 2013.

FADEL, Bárbara *et al.* Gestão, mediação e uso da informação. *In*: VALENTIM, Marta (org.). **Gestão, mediação e uso da informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 13-31. Disponível em: <http://www.repositoriobib.ufc.br/000006/00000603.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2019.

XAVIER, Maico Oliveira. **Extintos no discurso oficial, vivos no cenário social: os índios do Ceará no período do império do Brasil - trabalho, terras e identidades indígenas em questão**. 2015. 304 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

## APÊNDICE A - Coleta dos termos

Legenda:			
A: Carta à Secretária de Educação do município de Caucaia (1994);			
B: Carta circular as organizações indígenas (1992);			
C: Convite povo Pitaguary (1999); D: Escolas indígenas no Ceará (2000).			
Número	Termos	Quant	Doc
1	Secretária de Educação	1	A
2	Caucaia	1	A
3	Comunidade Tapeba	1	A
4	Associação das Comunidades	1	A
5	Rio Ceará	1	A
6	Educação Popular Indígena	1	A
7	Lagoa do Tapeba	1	A
8	Ponte I	1	A
9	Trilho	1	A
10	Interministerial	1	A
11	Comunidades Indígenas	1	A
12	Educação básica	1	A
13	Costumes	1	A
14	Tradição	1	A
15	Línguas	1	A
16	Aprendizagem	1	A
17	Organizações sociais	1	A
18	Reivindicações	1	A
19	Material didático	1	A
20	Merenda escolar	1	A
21	Agentes de educação	1	A
22	Carta	1	B
23	Organizações indígenas	1	B
24	Organizações indígenas	1	B
25	Ministério da Educação	1	B
26	Ministério da Educação	1	B
27	Ministério da Educação	1	B
28	Ministério da Educação	1	B
29	Secretária Nacional de Educação Básica	1	B
30	Comitê de Educação Escolar indígena	1	B
31	Esplanada dos Ministérios	1	B
32	Programa de Educação Escolar Indígena	1	B
33	Comitê	1	B
34	Instituições de Ensino	1	B
35	Associações Científicas	1	B
36	Secretarias Estaduais de Educação	1	B
37	Órgãos Oficiais	1	B
38	Política de Educação Indígena	1	B

39	Secretaria Nacional de Educação Básica	1	B
40	Secretário Executivo	1	B
41	Secretaria de Educação Básica do Estado	1	C
42	Povo Indígena Pitaguary	1	C
43	Escola Indígena	1	C
44	Associação Aliança Comunitária Cearense	1	C
45	Arquidiocese de Fortaleza	1	C
46	Povo Pitaguary	1	C
47	Pastoral indigenista	1	C
48	Costumes	1	C
49	Cultura	1	C
50	Maracanaú	1	C
51	Escola	1	C
52	Escolas Indígenas no Ceará	1	D
53	Livros	1	D
54	Cartilhas	1	D
55	Povo Potiguara	1	D
56	Cultural	1	D
57	Comunidades Indígenas	1	D
58	Alunos	1	D
59	Comunidades Indígenas	1	D
60	Memória histórica	1	D
61	Identidade	1	D
62	Estudo	1	D
63	Alunos	1	D
64	Comportar	1	D
65	Ciência	1	D
66	Autoconhecimento	1	D
67	Sistema de Educação	1	D
68	Tradição	1	D
69	Cultura	1	D
70	Pedagógico	1	D
71	Formação	1	D
72	Sociocultural	1	D
73	Sistema de Ensino	1	D
74	Professores	1	D
75	Lideranças comunitárias	1	D
76	Terras indígenas	1	D
77	Demarcação de terras	1	D
78	Legislação	1	D
79	Política de Educação	1	D
80	Alunos	1	D
81	Projetos pedagógicos	1	D
82	Escola	1	D

83	Educação	1	D
84	Pedagogia	1	D
85	Sociedade	1	D
86	Ética	1	D
87	Educação	1	D
88	Conhecimento	1	D
89	Culturas Indígenas	1	D
90	Educadores Indígenas	1	D
91	Escrita	1	D
92	Oralidade	1	D
93	Bilinguismo	1	D
94	Meios de Comunicação	1	D
95	Ensino fundamental	1	D
96	Pesquisa	1	D
97	Professor	1	D
98	Práticas religiosas	1	D
99	Família	1	D
100	Casamento	1	D
101	Escolas Diferenciadas	1	D
102	Professores indígenas	1	D
103	Movimentos populares	1	D
104	Educação escolar diferenciada	1	D
105	Magistério indígena	1	D
106	Disciplina	1	D
107	Facilitador	1	D
108	Etnoeducação	1	D
109	Curso superior	1	D
110	Agentes pastorais	1	D
111	Currículos	1	D
112	Estudantes	1	D
113	Instituição	1	D
114	Sabedoria dos velhos	1	D
115	Professores índios	1	D
116	Educação Escolar Indígena	1	D
117	Formação continuada	1	D
118	Didático-pedagógica	1	D
119	Redes de ensino	1	D
120	Certificados	1	D
121	Universidades	1	D
122	Acervo documental	1	D
123	Ensino Médio	1	D
124	Política educacional	1	D
125	Organizações indígenas	1	D
126	Étnicas	1	D

127	Sociedades indígenas	1	D
128	Linguísticas	1	D
129	Interculturalidade	1	D
130	Conselho Nacional de Educação	1	D
		130	

**Fonte:** Dados da autora (2019).

#### APÊNDICE B - Classificação dos termos

<b>Número</b>	<b>Termos</b>	<b>Quant</b>	<b>Doc</b>
122	Acervo documental	1	D
21	Agentes de educação	1	A
110	Agentes pastorais	1	D
58	Alunos	1	D
63	Alunos	1	D
80	Alunos	1	D
16	Aprendizagem	1	A
45	Arquidiocese de Fortaleza	1	C
44	Associação Aliança Comunitária Cearense	1	C
4	Associação das Comunidades	1	A
35	Associações Científicas	1	B
66	Autoconhecimento	1	D
93	Bilinguismo	1	D
22	Carta	1	B
54	Cartilhas	1	D
100	Casamento	1	D
2	Caucaia	1	A
120	Certificados	1	D
65	Ciência	1	D
33	Comitê	1	B
30	Comitê de Educação Escolar indígena	1	B
64	Comportar	1	D
3	Comunidade Tapeba	1	A
11	Comunidades Indígenas	1	A
57	Comunidades Indígenas	1	D
59	Comunidades Indígenas	1	D
88	Conhecimento	1	D
130	Conselho Nacional de Educação	1	D
13	Costumes	1	A
48	Costumes	1	C
49	Cultura	1	C
69	Cultura	1	D
56	Cultural	1	D
89	Culturas Indígenas	1	D

111	Currículos	1	D
109	Curso superior	1	D
77	Demarcação de terras	1	D
118	Didático-pedagógica	1	D
106	Disciplina	1	D
83	Educação	1	D
87	Educação	1	D
12	Educação básica	1	A
104	Educação escolar diferenciada	1	D
116	Educação Escolar Indígena	1	D
6	Educação Popular Indígena	1	A
90	Educadores Indígenas	1	D
95	Ensino fundamental	1	D
123	Ensino médio	1	D
51	Escola	1	C
82	Escola	1	D
43	Escola Indígena	1	C
101	Escolas Diferenciadas	1	D
52	Escolas Indígenas no Ceará	1	D
91	Escrita	1	D
31	Esplanada dos Ministérios	1	B
112	Estudantes	1	D
62	Estudo	1	D
86	Ética	1	D
126	Étnicas	1	D
108	Etnoeducação	1	D
107	Facilitador	1	D
99	Família	1	D
71	Formação	1	D
117	Formação continuada	1	D
61	Identidade	1	D
113	Instituição	1	D
34	Instituições de Ensino	1	B
129	Interculturalidade	1	D
10	Interministerial	1	A
7	Lagoa do Tapeba	1	A
78	Legislação	1	D
75	Lideranças comunitárias	1	D
15	Línguas	1	A
128	Linguísticas	1	D
53	Livros	1	D
105	Magistério indígena	1	D

50	Maracanaú	1	C
19	Material didático	1	A
94	Meios de Comunicação	1	D
60	Memória histórica	1	D
20	Merenda escolar	1	A
25	Ministério da Educação	1	B
26	Ministério da Educação	1	B
27	Ministério da Educação	1	B
28	Ministério da Educação	1	B
103	Movimentos populares	1	D
92	Oralidade	1	D
23	Organizações indígenas	1	B
24	Organizações indígenas	1	B
125	Organizações indígenas	1	D
17	Organizações sociais	1	A
37	Órgãos Oficiais	1	B
47	Pastoral indigenista	1	C
84	Pedagogia	1	D
70	Pedagógico	1	D
96	Pesquisa	1	D
79	Política de Educação	1	D
38	Política de Educação Indígena	1	B
124	Política educacional	1	D
8	Ponte I	1	A
42	Povo Indígena Pitaguary	1	C
46	Povo Pitaguary	1	C
55	Povo Potiguara	1	D
98	Práticas religiosas	1	D
97	Professor	1	D
74	Professores	1	D
102	Professores indígenas	1	D
115	Professores índios	1	D
32	Programa de Educação Escolar Indígena	1	B
81	Projetos pedagógicos	1	D
119	Redes de ensino	1	D
18	Reivindicações	1	A
5	Rio Ceará	1	A
114	Sabedoria dos velhos	1	D
1	Secretaria de Educação	1	A
41	Secretaria de Educação Básica do Estado	1	C
29	Secretaria Nacional de Educação Básica	1	B
36	Secretarias Estaduais de Educação	1	B



40	Secretário Executivo	1	B
39	Secretário Nacional de Educação Básica	1	B
67	Sistema de Educação	1	D
73	Sistema de Ensino	1	D
85	Sociedade	1	D
127	Sociedades indígenas	1	D
72	Sociocultural	1	D
76	Terras indígenas	1	D
14	Tradição	1	A
68	Tradição	1	D
9	Trilho	1	A
121	Universidades	1	D
		130	

**Fonte:** Dados da autora (2019).

#### APÊNDICE C - Verificação dos termos

Número	Termos	Quant	Doc	Dicionário
122	Acervo documental	1	D	1
21	Agentes de educação	1	A	1
110	Agentes pastorais	1	D	1
58	Alunos	1	D	1
63	Alunos	1	D	1
80	Alunos	1	D	1
16	Aprendizagem	1	A	1
45	Arquidiocese de Fortaleza	1	C	1
44	Associação Aliança Comunitária Cearense	1	C	1
4	Associação das Comunidades	1	A	1
35	Associações Científicas	1	B	1
66	Autoconhecimento	1	D	1
93	Bilinguismo	1	D	1
22	Carta	1	B	1
54	Cartilhas	1	D	1
100	Casamento	1	D	1
2	Caucaia	1	A	1
120	Certificados	1	D	1
65	Ciência	1	D	1
33	Comitê	1	B	1
30	Comitê de Educação Escolar Indígena	1	B	1
64	Comportar	1	D	1
3	Comunidade Tapeba	1	A	0
11	Comunidades Indígenas	1	A	1
57	Comunidades Indígenas	1	D	1
59	Comunidades Indígenas	1	D	1

88	Conhecimento	1	D	1
130	Conselho Nacional de Educação	1	D	1
13	Costumes	1	A	1
48	Costumes	1	C	1
49	Cultura	1	C	1
69	Cultura	1	D	1
56	Cultural	1	D	1
89	Culturas Indígenas	1	D	1
111	Currículos	1	D	1
109	Curso superior	1	D	1
77	Demarcação de terras	1	D	1
118	Didático-pedagógica	1	D	0
106	Disciplina	1	D	1
83	Educação	1	D	1
87	Educação	1	D	1
12	Educação básica	1	A	1
104	Educação escolar diferenciada	1	D	1
116	Educação Escolar Indígena	1	D	1
6	Educação Popular Indígena	1	A	1
90	Educadores Indígenas	1	D	1
95	Ensino fundamental	1	D	1
123	Ensino Médio	1	D	1
51	Escola	1	C	1
82	Escola	1	D	1
43	Escola Indígena	1	C	1
101	Escolas Diferenciadas	1	D	0
52	Escolas Indígenas no Ceará	1	D	1
91	Escrita	1	D	1
31	Esplanada dos Ministérios	1	B	1
112	Estudantes	1	D	1
62	Estudo	1	D	1
86	Ética	1	D	1
126	Étnicas	1	D	1
108	Etnoeducação	1	D	0
107	Facilitador	1	D	1
99	Família	1	D	1
71	Formação	1	D	1
117	Formação continuada	1	D	1
61	Identidade	1	D	1
113	Instituição	1	D	1
34	Instituições de Ensino	1	B	1
129	Interculturalidade	1	D	0

10	Interministerial	1	A	1
7	Lagoa do Tapeba	1	A	0
78	Legislação	1	D	1
75	Lideranças comunitárias	1	D	0
15	Línguas	1	A	1
128	Linguísticas	1	D	1
53	Livros	1	D	1
105	Magistério indígena	1	D	1
50	Maracanaú	1	C	0
19	Material didático	1	A	1
94	Meios de Comunicação	1	D	1
60	Memória histórica	1	D	1
20	Merenda escolar	1	A	1
25	Ministério da Educação	1	B	1
26	Ministério da Educação	1	B	1
27	Ministério da Educação	1	B	1
28	Ministério da Educação	1	B	1
103	Movimentos populares	1	D	1
92	Oralidade	1	D	1
23	Organizações indígenas	1	B	1
24	Organizações indígenas	1	B	1
125	Organizações indígenas	1	D	1
17	Organizações sociais	1	A	1
37	Órgãos Oficiais	1	B	1
47	Pastoral indigenista	1	C	1
84	Pedagogia	1	D	1
70	Pedagógico	1	D	1
96	Pesquisa	1	D	1
79	Política de Educação	1	D	1
38	Política de Educação Indígena	1	B	1
124	Política educacional	1	D	1
8	Ponte I	1	A	0
42	Povo Indígena	1	C	1
46	Povo Pitaguary	1	C	0
55	Povo Potiguara	1	D	1
98	Práticas religiosas	1	D	1
97	Professor	1	D	1
74	Professores	1	D	1
102	Professores indígenas	1	D	1
115	Professores índios	1	D	1
32	Programa de Educação Escolar Indígena	1	B	1
81	Projetos pedagógicos	1	D	1

119	Redes de ensino	1	D	1
18	Reivindicações	1	A	1
5	Rio Ceará	1	A	1
114	Sabedoria dos velhos	1	D	1
1	Secretária de Educação	1	A	1
41	Secretaria de Educação Básica do Estado	1	C	1
29	Secretaria Nacional de Educação Básica	1	B	1
36	Secretarias Estaduais de Educação	1	B	1
40	Secretário Executivo	1	B	1
39	Secretaria Nacional de Educação Básica	1	B	1
67	Sistema de Educação	1	D	1
73	Sistema de Ensino	1	D	1
85	Sociedade	1	D	1
127	Sociedades indígenas	1	D	1
72	Sociocultural	1	D	1
76	Terras indígenas	1	D	1
14	Tradição	1	A	1
68	Tradição	1	D	1
9	Trilho	1	A	1
121	Universidades	1	D	1
		130		120

**Fonte:** Dados da autora (2019).

## APÊNDICE D – Tesauro indígena estruturado alfabeticamente

Título: TemaTres

Autor: TemaTres

Palavras chave:

Cobertura:

URI: <http://localhost/tematres/vocab/>

Criado por: TemaTres 2.2

Acervo documental

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT:

TR: Memória histórica

TE: Carta

TE: Cartilhas

TE: Livros

Agentes de educação

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Magistério indígena  
TR: Agentes pastorais  
TG: Magistério indígena  
TE: Facilitador  
TE: Professores

#### Agentes pastorais

criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT:  
TR: Agentes de educação  
TR: Arquidiocese de Fortaleza

#### Alunos

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT:  
TE: Estudantes  
TE: Estudo

#### Aprendizagem

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT:  
TR: Educação

#### Arquidiocese de Fortaleza

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TR: Agentes pastorais  
TE: Pastoral indigenista

#### Associação Aliança Comunitária Cearense

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Associação das Comunidades  
TG: Associação das Comunidades

#### Associação das Comunidades

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT:  
TE: Associação Aliança Comunitária Cearense  
TE: Associações Científicas  
TE: Sociedades indígenas

#### Associações Científicas

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Associação das Comunidades  
TG: Associação das Comunidades

Autoconhecimento  
USE: Identidade Cultural

Bilinguismo  
criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Língua  
TG: Língua

Carta  
criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Acervo documental  
TG: Acervo documental

Cartilhas  
criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Acervo documental  
TG: Acervo documental

Casamento  
criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Instituição  
TG: Instituição

Caucaia  
criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Terras indígenas  
TR: Rio Ceará  
TG: Terras indígenas

Ciência  
criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Conhecimento  
TG: Conhecimento  
TE: Pesquisa

Comitê de Educação Escolar Indígena  
criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT:  
TR: Educação

### Comunidade Tapeba

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Comunidades Indígenas

TR: Lagoa do Tapeba

TR: Ponte I

TR: Trilho

TG: Comunidades Indígenas

### Comunidades Indígenas

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT:

TR: Etnias

TE: Comunidade Tapeba

TE: Lideranças comunitárias

TE: Povo Indígena Pitaguary

TE: Povo Pitaguary

TE: Povo Potiguara

### Conhecimento

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT:

TE: Ciência

### Conselho Nacional de Educação

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT:

TR: Educação

### Costumes

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Tradição

TG: Tradição

### Cultura

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT:

TR: Ética

TE: Culturas Indígenas

TE: Identidade Cultural

TE: Interculturalidade

TE: Sociocultural

### Culturas Indígenas

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Cultura

TG: Cultura

#### Currículos

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT:

TR: Educação

#### Curso superior

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT:

TR: Educação

#### Demarcação de terras

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Movimentos populares

TG: Reivindicações

#### Didaticopedagógica

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT:

TR: Educação

#### Disciplina

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT:

TR: Educação

#### Educação

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TR: Aprendizagem

TR: Comitê de Educação Escolar indígena

TR: Conselho Nacional de Educação

TR: Currículos

TR: Curso superior

TR: Didaticopedagógica

TR: Disciplina

TR: Universidades

TG: Magistério indígena

TE: Etnoeducação

TE: Redes de ensino



Educação básica

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Magistério indígena

TG: Magistério indígena

Educação escolar diferenciada

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Magistério indígena

Educação Escolar Indígena

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Magistério indígena

Educação Popular Indígena

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Magistério indígena

TG: Magistério indígena

Educadores Indígenas

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Magistério indígena

Ensino fundamental

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Magistério indígena

Ensino médio

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Magistério indígena

Escola

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Magistério indígena

TR: Merenda escolar

TG: Magistério indígena

Escola Indígena

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Magistério indígena  
TG: Magistério indígena

#### Escolas Diferenciadas

criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Magistério indígena  
TG: Magistério indígena

#### Escolas Indígenas no Ceará

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Magistério indígena  
TG: Magistério indígena

#### Escrita

criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Tradição  
TG: Tradição

#### Esplanada dos Ministérios

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Órgãos Oficiais  
TG: Órgãos Oficiais  
TE: Ministério da Educação

#### Estudantes

criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Alunos  
TG: Alunos

#### Estudo

criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Alunos  
TG: Alunos

#### Ética

criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT:  
TR: Cultura

#### Etnias

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT:

TR: Comunidades Indígenas

Etnoeducação

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Educação

Facilitador

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Agentes de educação

Família

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Instituição

TG: Instituição

Formação

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Magistério indígena

Formação continuada

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Magistério indígena

Identidade Cultural

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Cultura

TG: Cultura

UP: Auto-conhecimento

Instituição

criado: 2019-06-06 09:41:03

TE: Casamento

TE: Família

Instituições de Ensino

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Magistério indígena  
TG: Magistério indígena

#### Interculturalidade

criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Cultura  
TG: Cultura

#### Lagoa do Tapeba

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT:  
TR: Comunidade Tapeba

#### Lideranças comunitárias

criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Comunidades Indígenas  
TG: Comunidades Indígenas

#### Língua

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT:  
TE: Bilinguismo  
TE: Linguísticas

#### Linguísticas

criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Língua  
TG: Língua

#### Livros

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Acervo documental  
TG: Acervo documental

#### Magistério indígena

criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT:  
TE: Agentes de educação  
TE: Educação  
TE: Educação básica  
TE: Educação escolar diferenciada  
TE: Educação Escolar Indígena  
TE: Educação Popular Indígena

TE: Educadores Indígenas  
TE: Ensino fundamental  
TE: Ensino médio  
TE: Escola  
TE: Escola Indígena  
TE: Escolas Diferenciadas  
TE: Escolas Indígenas no Ceará  
TE: Formação  
TE: Formação continuada  
TE: Instituições de Ensino  
TE: Material didático  
TE: Pedagogia  
TE: Pedagógico  
TE: Professor

#### Maracanaú

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Terras indígenas  
TG: Terras indígenas

#### Material didático

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Magistério indígena  
TG: Magistério indígena

#### Memória histórica

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT:  
TR: Acervo documental

#### Merenda escolar

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT:  
TR: Escola

#### Ministério da Educação

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Órgãos Oficiais  
TG: Esplanada dos Ministérios  
TE: Secretaria de Educação

#### Movimentos populares

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT:

TE: Organizações sociais

#### Oralidade

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Tradição

TG: Tradição

#### Organizações indígenas

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Movimentos populares

TG: Organizações sociais

TE: Reivindicações

#### Organizações sociais

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Movimentos populares

TG: Movimentos populares

TE: Organizações indígenas

#### Órgãos Oficiais

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT:

TE: Esplanada dos Ministérios

#### Pastoral indigenista

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Arquidiocese de Fortaleza

TG: Arquidiocese de Fortaleza

#### Pedagogia

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Magistério indígena

#### Pedagógico

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Magistério indígena

#### Pesquisa

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Conhecimento

TG: Ciência

Política de Educação

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT:

TE: Política de Educação Indígena

TE: Política educacional

TE: Programa de Educação Escolar Indígena

TE: Projetos pedagógicos

Política de Educação Indígena

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Política de Educação

TG: Política de Educação

Política educacional

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Política de Educação

TG: Política de Educação

Ponte I

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT:

TR: Comunidade Tapeba

Povo Indígena Pitaguary

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Comunidades Indígenas

TG: Comunidades Indígenas

Povo Pitaguary

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Comunidades Indígenas

TG: Comunidades Indígenas

Povo Potiguara

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Comunidades Indígenas

TG: Comunidades Indígenas

Práticas religiosas

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT:

TR: Tradição

#### Professor

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Magistério indígena

#### Professores

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Agentes de educação

TE: Professores indígenas

TE: Professores índios

#### Professores indígenas

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Professores

#### Professores índios

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Professores

#### Programa de Educação Escolar Indígena

criado: 2019-06-06 09:41:02

TT: Política de Educação

TG: Política de Educação

#### Projetos pedagógicos

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Política de Educação

TG: Política de Educação

#### Redes de ensino

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT: Magistério indígena

TG: Educação

#### Reivindicações



criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Movimentos populares  
TG: Organizações indígenas  
TE: Demarcação de terras

Rio Ceará

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT:  
TR: Caucaia

Sabedoria dos velhos

criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Tradição  
TG: Tradição

Secretaria de Educação

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Órgãos Oficiais  
TG: Ministério da Educação  
TE: Secretaria de Educação Básica do Estado  
TE: Secretaria Nacional de Educação Básica  
TE: Secretarias Estaduais de Educação  
TE: Secretário Nacional de Educação Básica  
TE: Sistema de Educação  
TE: Sistema de Ensino

Secretaria de Educação Básica do Estado

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Órgãos Oficiais  
TG: Secretaria de Educação

Secretaria Nacional de Educação Básica

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Órgãos Oficiais  
TG: Secretaria de Educação

Secretarias Estaduais de Educação

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Órgãos Oficiais  
TG: Secretaria de Educação

Secretaria Nacional de Educação Básica

criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT: Órgãos Oficiais  
TG: Secretaria de Educação

Sistema de Educação  
criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Órgãos Oficiais  
TG: Secretaria de Educação

Sistema de Ensino  
criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Órgãos Oficiais  
TG: Secretaria de Educação

Sociedades indígenas  
criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Associação das Comunidades  
TG: Associação das Comunidades

Sociocultural  
criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT: Cultura  
TG: Cultura

Terras indígenas  
criado: 2019-06-06 09:41:03  
TT:  
TE: Caucaia  
TE: Maracanaú

Tradição  
criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT:  
TR: Práticas religiosas  
TE: Costumes  
TE: Escrita  
TE: Oralidade  
TE: Sabedoria dos velhos

Trilho  
criado: 2019-06-06 09:41:02  
TT:  
TR: Comunidade Tapeba

Universidades

criado: 2019-06-06 09:41:03

TT:

TR: Educação